

IMPRESSO

## “Não há país desenvolvido com universidade subdesenvolvida”

A frase é de Laurent Schwartz e abre as manifestações de entidades e especialistas sobre o atual estágio do ensino superior brasileiro e os desafios que se apresentam a partir da posse do governo Luiz Inácio Lula da Silva PÁGINAS 6 e 7

### Entidades ligadas ao ensino superior manifestam-se às vésperas da posse

Andifes, Andes e Fasubra tomam posição sobre a atualidade nas universidades e apresentam propostas para reverter a situação

PÁGINA 5

### *Universidades públicas querem verbas e diálogo*

Situação atual das instituições federais de ensino superior põe em risco o cumprimento dos seus cronogramas-PÁGINA 4

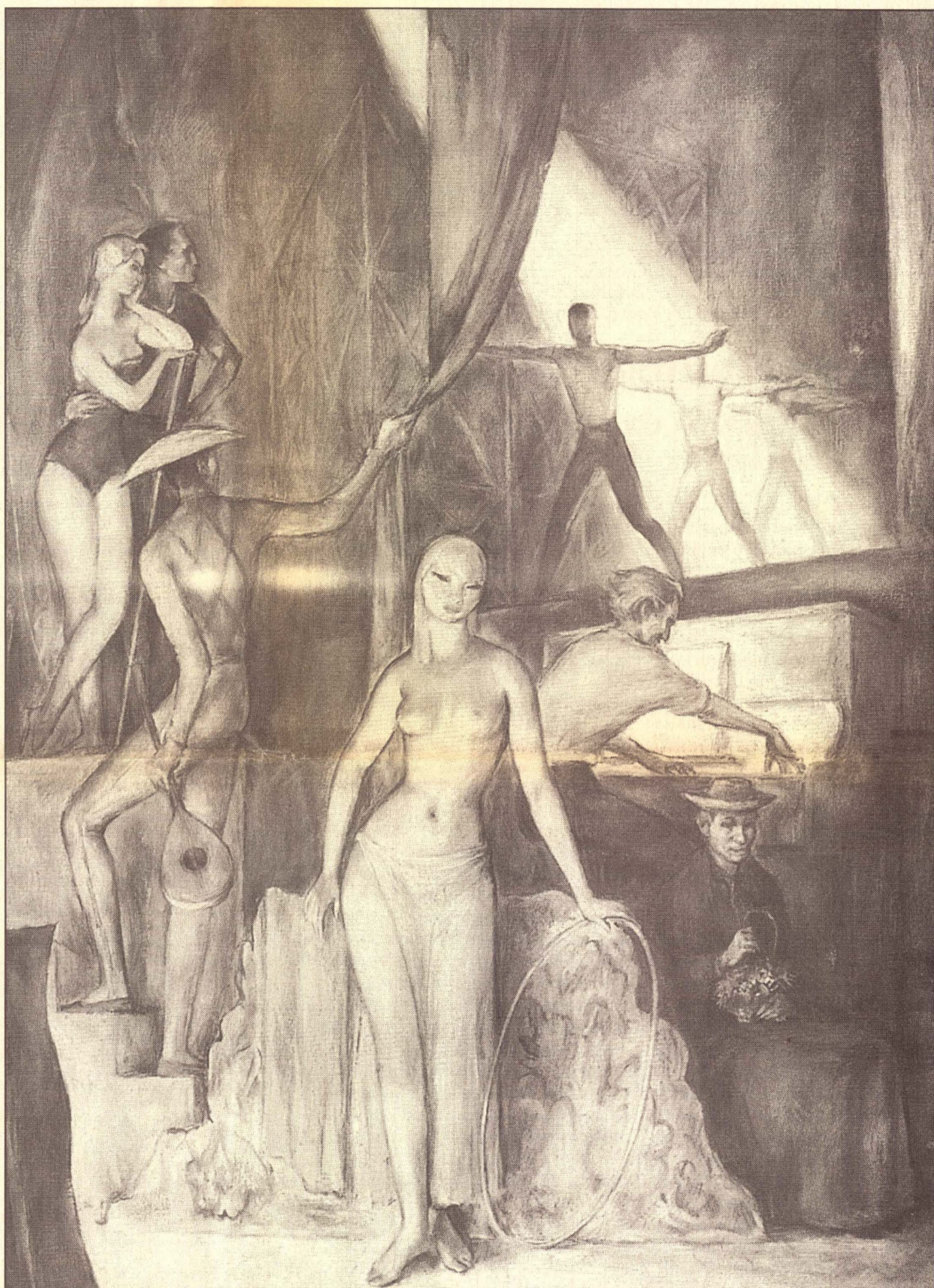
### Realidades dos povos moldam sistemas de educação dos países

A estruturação dos sistemas nacionais de educação depende da realidade histórica, política e cultural das nações

PÁGINA 3

### XIV Salão de Iniciação Científica teve mais de 3 mil alunos inscritos

PÁGINA 9

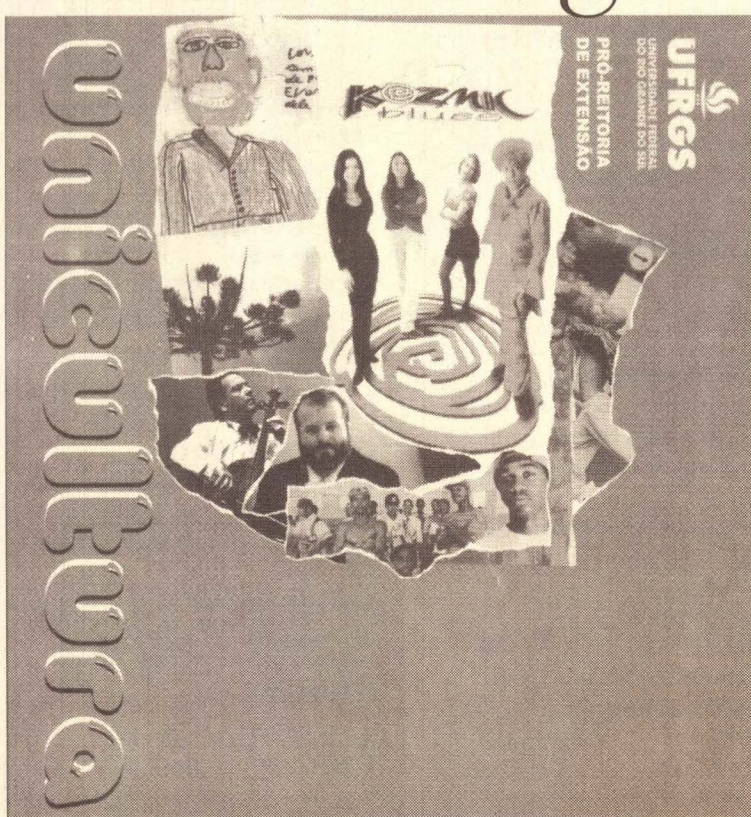
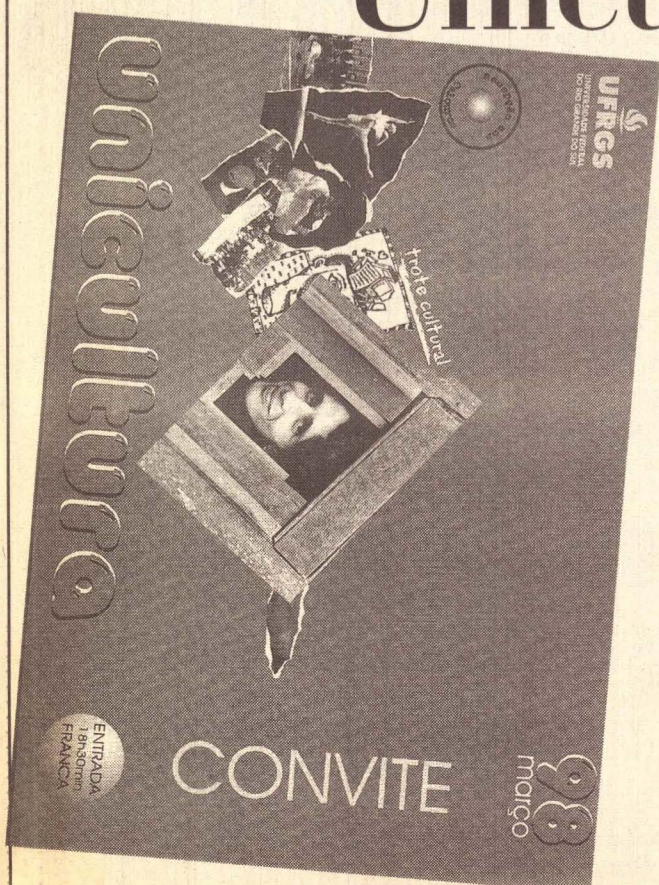


Cena de Circo, sem data, óleo sobre tela, 94 X 66,7 cm, coleção Raul Fahrion

### *As belas de João Fahrion*

Exposição na Associação Leopoldina Juvenil mostrou o trabalho do artista que foi professor do Instituto de Artes da UFRGS por 30 anos PÁGINA 10

## Unicultura chega à maioria



O começo foi com o Unimúsica, em 1981. Hoje, abriga diversos projetos com grandes nomes da cultura

PÁGINA 11



## Um grito, uma esperança

É Natal e já vem 2003 com sua carga de novidades, que certamente incluirá aumentos de preços mas também um incremento no nosso potencial de fé. Para as universidades públicas federais, o final de ano tem sido uma ameaça de sufoco. Uma ameaça amenizada pela Emenda Andifes, mas sempre presente na vida de quem administra correndo atrás do prejuízo.

O grito de alerta e o aceno de esperança está na página 4, onde reitores de IFES fazem um relato da situação das universidades públicas. Na página 5, Andifes, Andes e Fasubra lançam manifestos às vésperas da posse do novo governo federal.

A matéria das páginas centrais segue o mesmo tema. O Jornal da Universidade pediu a especialistas e dirigentes de entidades ligadas ao ensino superior que fizessem uma apreciação a respeito do estágio atual do setor e enumerassem os desafios que deverão enfrentar a curto e médio prazos.

Além de lançar um olhar sobre a realidade das instituições de ensino público superior no Brasil, o Jornal da Universidade oferece a seus leitores um relato sobre a instituição universitária em outros países. "Realidades culturais moldam os sistemas de ensino superior em cada país" é o título da reportagem da página 3.

João Fahrion é nome de uma sala no prédio da Reitoria. E agora é tema de reportagem no Jornal da Universidade. Conheça, na página 10, um pouco da vida desse artista gaúcho, que foi professor do Instituto de Artes por quase 30 anos e retratou o universo feminino de sua época.

O Programa Unicultura, que abrange atualmente 12 projetos de arte, completou a maioria em 2002. Para comemorar os 21 anos do lançamento de seu primeiro projeto, o Unimúsica, o Departamento de Difusão Cultural lançou um livro acompanhado por um CD, contendo a história do Programa e a gravação do show Violões Brasileiros, com cinco violonistas famosos acompanhados pela gaita ponto de Renato Borghetti. Página 11.

Na última página, a vida de um técnico-administrativo que serviu durante 40 anos na Faculdade de Arquitetura e que, nas horas vagas, se dedicou a um esporte radical, arremesso de martelo.

Por fim, o Jornal da Universidade também é notícia: a repórter Eliana Raffaelli acaba de receber menção honrosa no Prêmio ARI de Reportagem com a matéria "Modelo econômico e instabilidade financeira limitam retomada de crescimento", publicada na edição de junho. Leia na página 8 do Campus.

## ESPAÇO DA REITORIA

### Balanco e expectativas

WRANA MARIA PANIZZI

Reitora

Para uma Universidade como a nossa, em plena atividade, este final de ano reveste-se de um significado muito especial. Todos parecemos experimentar um sentimento ambíguo: diante da proximidade das festas natalinas, somos tentados a fazer o balanço do ano que se termina – porém, porque sabemos que logo retomaremos nossas atividades acadêmicas, ou porque sabemos que um novo governo se instala no país, somos igualmente tentados a alinhavar nossas expectativas com relação ao ano que se inicia. Para uma Universidade que, nos últimos anos, por razões bem conhecidas, mais de uma vez teve que modificar o seu calendário acadêmico, este final de ano parece sobretudo propício para uma reflexão mais abrangente.

Há pelo menos uma década a Universidade Pública "navega contra a maré". Nestes anos, governos e parcerias importantes da sociedade brasileira questionaram sistematicamente a "eficiência" e mesmo a validade da presença do Estado na economia e em outros setores da vida nacional – empresas foram privatizadas, salários "congelados", falou-se muito em "austeridade" e em "abertura do mercado". No âmbito do ensino superior, o discurso da eficiência, a pregação em favor da adoção de padrões de desempenho empresariais, o estímulo à competição entre instituições e à busca de fontes alternativas de financiamento obrigaram as universidades públicas a resistir e, algumas delas, é preciso admitir isto com franqueza, a fazer concessões.

Neste breve balanço de uma década, penso que dois aspectos devem ser considerados com particular atenção por nossa comunidade universitária e pela sociedade. O sistema de ensino superior brasileiro, que de fato se constitui nos anos 1950 e que, nas décadas seguintes – inclusive durante o regime militar – consolidou-se sob a hegemonia do setor público, a partir dos anos 1990 passou a crescer sob a liderança do setor privado. Entre os anos de 1994 e 1999, isto é, em apenas meia década, o número de vagas oferecidas pelo ensino superior privado quase duplicou. A despeito desta notável expansão, não raras vezes associada a diminuição da qualidade do ensino, calcula-se que somente 13% da população brasileira com idade entre 18 e 24 anos freqüenta hoje um curso superior. Note-se ainda que somente 2/3 das vagas oferecidas pelo ensino superior privado são de fato ocupadas – dado que nos parece absolutamente alarmante! De outra parte, se compararmos o total de recursos destinadas às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), todas as fontes incluídas, com indicadores da riqueza do país como o PIB ou o total de impostos da União, verificaremos que, de fato, entre 1989 e 2001, os recursos destinados à Universidade

Pública diminuíram – em relação ao PIB, houve uma queda de 37,1%, o que representaria, em 2001, uma diminuição de investimentos da ordem de R\$ 4,5 bilhões; em relação à arrecadação de impostos, verificou-se uma redução de 40%, o que representaria, em 2001, cerca de R\$ 5 bilhões a menos.

Em resumo, na última década, as políticas implementadas resultaram, por um lado, na diminuição da presença do setor público no âmbito do ensino superior, por outro, na redução dos investimentos na rede pública instalada.

Diante deste quadro, para os que pensamos que o ensino superior e o conhecimento são estratégicos para o desenvolvimento, para os que entendem que o conhecimento é patrimônio da humanidade e a educação é um bem público, os desafios são imensos. Para enfrentá-los, precisaremos mostrar aos novos governantes e à sociedade que a Universidade Pública, como projeto social e não apenas como instituição de ensino e pesquisa, é uma experiência que merece ser continuada.

Entre 1995 e 2000, navegando contra a maré, apesar da diminuição de recursos que nos tem criado tantos problemas (como a redução de nosso quadro de professores e técnicos, como as dificuldades com a manutenção de nossos prédios, bibliotecas e laboratórios), a Universidade Pública aumentou a oferta de vagas em seus cursos de graduação (26%), noturnos (100%) e de pós-graduação (154%). Os resultados do Exame Nacional de Cursos, recentemente divulgados, um indicador tão valorizado por parcelas da opinião pública, revelam que a Universidade Pública é a referência de qualidade para o conjunto do sistema de ensino superior brasileiro.

A esperança que se descortina com o anúncio de uma nova política para o ensino superior brasileiro demanda da comunidade universitária uma reflexão serena sobre os seus próprios disfuncionamentos e, também, sobre a missão da Universidade Pública em face do conjunto do sistema de ensino superior brasileiro. Desse ponto de vista, precisamos nos abrir muito mais para a sociedade. Diante da herança dos últimos anos, em face das brutais desigualdades sociais existentes em nosso país, diante das transformações operadas no mundo do trabalho em escala planetária, não podemos imaginar que a ampliação das oportunidades de acesso ao ensino superior se fará da noite para o dia ou sem a promoção de mudanças no próprio âmbito da Universidade Pública.

A Universidade Pública reivindica do novo governo a oportunidade de um diálogo respeitoso. Se a esperança deste diálogo se confirmar, temos a responsabilidade de apresentar algo mais do que uma pauta de reivindicações.

Boas festas a todos – e um ano de 2003 pleno de ESPERANÇA.

MOA



## Mudanças na vinculação político-administrativa das Ifes? Qual o sentido? Qual a necessidade? Quais os riscos?

MERION CAMPOS BORDAS

Diretora da Faculdade de Educação da UFRGS

Professores, administradores e estudantes das Universidades Públicas Federais do país, chegamos a este final do ano de 2002, ainda inaugural do terceiro milênio desta civilização ocidental, movidos por grandes esperanças e com expectativas várias diante do novo quadro político que se instala a partir de 1º de janeiro de 2003.

Acredito que a esperança caracteriza o estado de espírito de todos. Afinal, recomeça-se um ciclo de governança, ocasião sempre propícia a aguardar algo de novo. Todavia, também acredito que as expectativas quanto ao novo sejam distintas, conformadas por modos diferentes de ser/estar universitário e de pensar a universidade pública no contexto da sociedade brasileira.

Essas diferenças determinam as posições que estão sendo assumidas no interior das instituições a respeito de um aparentemente novo aspecto diretamente relacionado ao futuro próximo das IFES. Refiro-me à anunciada perspectiva dessas instituições virem a fazer parte de um outro Ministério que não o da Educação. Ainda que tal perspectiva não venha a se concretizar, diante das reações contrárias já manifestadas, o momento é oportuno para voltarmos a refletir sobre o lugar e a função das Universidades públicas na sociedade brasileira hoje, até mesmo porque a ideia de mudança de gestor federal não desagradou a todos os que trabalham.

Não detenho qualquer procuração para discutir o assunto a não ser o fato de trabalhar e viver uma universidade pública há mais de trinta anos, como professora, pesquisadora e eventualmente responsável por parte de sua administração superior. Sinto-me, contudo, autorizada por esses "predicados" a ensaiar modestamente uma reflexão que poderá ou não contribuir para o debate já instaurado, trazendo à discussão dois pontos que me parecem fundamentais para a aproximação de causas e consequências da proposição aventada.

Começo minha reflexão lembrando que a ideia de transferir a vinculação das IFES do Ministério da Educação à esfera do Ministério de Ciência e Tecnologia ou a um outro Ministério ser criado, se não pode ser caracterizada como novidade no horizonte das políticas para a educação; tampouco pode ser examinada isolada das grandes questões sobre a natureza e as funções do ensino superior e, mais especialmente da universidade pública no contexto da sociedade brasileira atual e futura. Logo, a análise da proposta só pode consistente se buscarmos entender suas possíveis motivações o que supõe, em primeiro lugar, considerar as estreitas inter-relações entre os diferentes níveis da realidade nacional, com suas constituições e exigências específicas e a realidade de um mundo globalizado, a qual impõe aos sistemas educacionais cláusulas normativas e modos de implementá-las basicamente determinados por injunções econômicas e financeiras. E, finalmente, a proposta é sua discussão não podem ser descoladas da recorrente questão da autonomia universitária. Como pano de fundo geral dessa análise, estão a figura da avaliação institucional e os critérios que a orientam, orientados pelos princípios da eficácia e da produtividade. Sem dispor do espaço para avançar tal análise, trago apenas alguns elementos desse pano de fundo.

Na explicitação do caráter não-inovador da proposta, devemos recuar um pouco no tempo, trazendo à tona os pressupostos que nortearam a Reforma Universitária de 1968, cuja tônica foi a da modernização da universidade no sentido de sua inserção mais efetiva na lógica da racionalidade do capital, expressão dominante do neo-liberalismo. Esta lógica transforma o papel clássico da universidade como instância autônoma de produção e transmissão do conhecimento, estabelecendo novas relações entre ela e a esfera pública e a própria sociedade, logo nova relação da intelectualidade universitária com a esfera governamental. Ao longo dos anos 70 e 80 passa gradativamente a universidade a assumir suas funções clássicas dentro numa nova perspectiva, que a tende a tornar mais enfequida sua tarefa principal que é a de pensar o mundo e a sociedade em que evolui numa perspectiva crítica de engajamento político-social voltado à Nação.

Os elementos institucionais de implantação da modernização orientada pelos critérios da burocratização e da racionalização, então definidos, estão até hoje presentes e são determinantes na organização e no desempenho de nossas universidades públicas, como é o caso da departamentalização, e do novo padrão de carreira docente que determinou o fim das cátedras. Ao mesmo tempo, a ênfase atribuída ao caráter produtivo da universidade como impulsionadora do desenvolvimento do país, leva à expansão crescente do sistema de pós-graduação e à conseqüente exigência de especialização dos professores universitários e de aumento de sua produção científica, esta hoje só qualificada ante as instâncias governamentais quando assume características de internacional. Logo, a ação dos intelectuais universitários passa a ser pautada, sobretudo, pelos critérios da especialização profissional e da carreira burocrática acadêmica burocrática, impulsionada pela produção e divulgação da pesquisa.<sup>1</sup>

Ora, se esta tendência veio a predominar, especialmente na área das chamadas "ciências duras", até agora as melhor aquinhoadas pelas agências governamentais de fomento, não é de estranhar que a ideia de filiar à universidade a um Ministério voltado a apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico, encontre adeptos entusiastas no interior das próprias universidades. A tendência supõe uma nítida separação entre as atividades de ensino – da graduação, naturalmente – e as atividades de pesquisa. Esta posição, aliás, já ficara expressa quando foi criada, através do Decreto nº 91.177, (29 de março de 1985) a Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior, composta por um elenco de intelectuais reconhecidos no país, a qual produziu o relatório denominado *Uma Nova Política para a Educação Superior*, que sutilmente questiona o princípio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, como condição primeira para a definição da natureza

de uma universidade e assume a necessidade de criação dos "centros de excelência". O relatório também discute a plena autonomia universitária na perspectiva de vinculá-la a uma contrapartida de responsabilidade, o que a torna dependente da avaliação da "produtividade" de seu desempenho, da qual, por sua vez, dependerá a atribuição do montante de recursos à instituição avaliada.

Observando o que vem ocorrendo desde a publicação do relatório, aliás altamente atacado pelas entidades de professores universitários à época, vemos que, apesar das mudanças institucionais e políticas instauradas a partir da Constituição Federal de 1988, o cenário no qual vivem e atuam as universidades públicas e privadas do país, não se afastou realmente das orientações então propostas, à exceção da pretendida criação dos "centros de excelência". Esta ideia parece não desagradar a muitos professores universitários, mais exatamente aqueles que se enquadram na posição descrita no estudo de PAULA (2001) aqui referido. Caberia àqueles outros, os que continuam a compreender a Universidade como um locus de produção de conhecimento que não se dissocia das funções de ensino e de extensão mas que as agrega na perspectiva do valor social e político do trabalho universitário, continuarem a opor-se à implementação de espaços que consolidem a indesejável cisão.

O segundo ponto a ser considerado na discussão da possível proposta é o fato de que ela pretende institucionalizar a separação das definições das políticas públicas para a Educação Superior daquela relativas à Educação Básica, as quais permaneceriam sob a responsabilidade do Ministério da Educação. Esta divisão de responsabilidades, além de ignorar as necessárias e existentes interações entre os dois níveis de educação, especialmente quando se trata da formação de professores para a Educação Básica, vai de encontro ao espírito que orientou a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional promulgada em 1996, quando acentua a ideia de um continuum nos processos de escolarização dos cidadãos brasileiros.

Tal como a ideia de separar ensino e pesquisa, esta nova separação contribuirá, sem dúvida, por enfraquecer mais ainda a responsabilidade da universidade quanto à formação de profissionais para atuarem em diferentes instâncias e níveis da Educação Básica. A proposta, aliás, torna-se menos compreensível quando marca a entrada em cena de uma nova concepção de Estado e de governo, voltada para as mais prementes questões sociais que caracterizam a realidade do país, hoje. Se a ênfase da proposta é de um Ministério ocupado exclusivamente com a Educação Básica, poder-se-ia entendê-la como uma espécie de apelo populista, aliás já utilizado pelo governo que ora finda, ao privilegiar esse nível de escolaridade em detrimento do apoio ao ensino superior público.

Trata-se de reforçar o aspecto elitista ainda presente na universidade pública que além de privilegiar a atividade de pesquisa e a formação de profissionais das áreas consideradas "mais nobres", atribui menor valor a seus cursos de licenciatura, porque destinados à formação de professores para a escolaridade básica. Esta é uma posição totalmente equivocada na medida em que a possibilidade de contar a universidade com estudantes solidamente formados em função de uma correta formação anterior está diretamente relacionada ao espaço institucional de formação e aos modos pelos quais esta é dispensada. E, seguramente, o melhor espaço e os melhores meios encontram-se nas universidades públicas, como comprovam o desempenho profissional de seus egressos e até mesmo o resultados das avaliações externas como o Exame Nacional de Cursos. A qualidade dessa formação é assegurada principalmente pelo fato de que é nas instituições públicas que compõem o Sistema Federal de Ensino Superior que se verifica, mesmo que de forma às vezes ainda precária, a integração entre a produção de conhecimento através da pesquisa e as atividades de ensino de graduação. Esta realidade tem sido cada vez mais contemplada nos processos formativos desenvolvidos pelas Faculdades ou Centros de Educação, o que tem permitido que tenham as IFES alcançado altos índices de aprovação social pela atuação dos professores nelas formados.

A pretensão de isolar-se o Ministério da Educação da discussão das políticas para o Ensino Superior contribui tão somente para ampliar o fosso ainda existente entre os níveis de educação, que resulta não apenas de resistência interna ao papel da universidade como formadora de professores mas também do fato da própria divisão entre União, Estados e Municípios da responsabilidade com a manutenção do sistema educacional do país. Ora, se é fato que a Educação Básica situa-se nos âmbitos estadual e municipal isto não significa a inexistência de políticas nacionais que, sem desconhecer as peculiaridades regionais e locais, garantam a necessária unidade dos processos formativos desenvolvidos em todo o país.

Arriscar-se a precarizar uma situação alcançada pelas universidades após muitos anos de lutas internas e externas em prol da valorização da formação em nível superior dos professores da educação básica não é admitido pelos educadores que se ocupam da tarefa assim como não é admissível arriscar-se ao abandono do princípio básico que estrutura uma universidade: a indissociabilidade entre suas funções de promotora do ensino, da pesquisa e da extensão.

<sup>1</sup> Estudo realizado pela Professora Maria de Fátima Costa de Paula, da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, publicado em 2001, ao analisar os processos de modernização da universidade e da transformação do perfil da intelectualidade universitária ocorrida nos Cursos de Ciências Sociais da USP e da UFRJ, constatou o relativo abandono das preocupações sociais mais amplas em prol dos valores especificamente científico-acadêmicos e dos interesses privados e de categoria.



Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Av. Paulo Gama, 110, Porto Alegre/RS/Brasil  
CEP 90.046-900  
Fone: +55 51 3316-7000  
Fax: +55 51 3316-3176  
homepage internet: <http://www.ufrgs.br>  
e-mail reitoria: [reitoria@vortex.ufrgs.br](mailto:reitoria@vortex.ufrgs.br)

#### ADMINISTRAÇÃO

**Reitora**  
Wrana Maria Panizzi  
**Vice-reitor**  
José Carlos Ferraz Hennemann  
**Pró-reitor de Ensino**  
José Carlos Ferraz Hennemann  
**Pró-reitor Adjunto de Graduação**  
Norberto Hoppen  
**Pró-reitor Adjunto de Pós-graduação**  
Jaime Evaldo Fensterseifer  
**Pró-reitor de Pesquisa**  
Carlos Alexandre Netto  
**Pró-reitor de Extensão**  
Fernando Setembrino Cruz Meirelles  
**Pró-reitora de Planejamento e Administração**  
Maria Alice Lahorgue

#### Pró-reitor de Infra-estrutura

Hélio Henkin  
**Pró-reitor de Recursos Humanos**  
Sérgio Nicolaiewski  
**Secretária de Desenvolvimento Tecnológico**  
Maria Alice Lahorgue  
**Secretário do Patrimônio Histórico**  
Christoph Bernasiuk  
**Secretaria de Assuntos Estudantis**  
Maria Beatriz Araújo Brito Galarraga  
**Procurador-geral**  
Armando Pitrez

#### Jornal da Universidade

Publicação da Coordenadoria de Comunicação Social da UFRGS

**Conselho Editorial** - Christa Berger, Flávio Oliveira, Geraldo Huff, Ivo Stigger, Luís Augusto Fischer e Maria Helena Weber

#### REDAÇÃO

Av. Paulo Gama, 110 - 8º andar  
Fone/fax: (051) 3316-3368/3316-3176

e-mail: [jornal@vortex.ufrgs.br](mailto:jornal@vortex.ufrgs.br)

homepage: <http://www.ufrgs.br/jornal>

**Editor-chefe** - Clóvis Ott

**Editora executiva** - Ida Stigger

**Editores assistentes** - Ademir Vargas de Freitas e Juarez Fonseca

**Redação** - Arlete R. de Oliveira Kempf, Carla Felten e Jacira Cabral da Silveira

**Projeto gráfico e editoração eletrônica**

Anibal Bendati

**Homepage** - Marcelo da Silveira

**Fotografia** - Luiz Ricardo de Andrade e Reni Jardim

**Colaboraram nesta edição** - Merion Bordas e Moacir Knorr Guterre

**Circulação** - Luiz Ricardo de Andrade

cadinho@ufrgs.br

**Apoio** - Rosâne Vieira e Rita Silveira

**Serv. gerais** - Antônio Carlos dos Santos

**Fotolitos e impressão** - Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (Corag)

# Realidades culturais moldam os sistemas de ensino superior

ARLETE R. DE OLIVEIRA KEMPF  
Jornalista

**A estruturação dos sistemas nacionais de educação nos países está ligada à realidade histórica, política e cultural de seus povos. Os sistemas de ensino superior, via de regra, são sustentados por financiamentos do Estado e, em grande número de países, estão articulados com os demais níveis de educação, com um controle central. As exceções são os sistemas de ensino administrativamente regionalizados ou estaduais, inclusive em nível de ensino superior, em que a instância federal apenas emana normas gerais e aporta financiamento.**

Chama a atenção o fato de que países que, em algum momento de sua história, operaram com estruturas para o ensino superior e ciência separadas do ensino básico, acabaram por unificar os setores em uma pasta geral para educação, ciência e tecnologia, como Alemanha, na década de 90 e a Itália, recentemente. Na Europa, verifica-se um movimento coordenado para homogeneização do ensino superior nos vários países, iniciado com a Declaração de Bolonha, em 1999, no âmbito da União Européia. A iniciativa permitirá a criação do chamado "espaço europeu de ensino superior", facilitando a circulação de estudantes e docentes e o reconhecimento de estudos e habilitações entre fronteiras.

## INGLATERRA

Na Inglaterra, o governo central é responsável pelo financiamento de todo o serviço educacional, pelas políticas nacionais e pelo planejamento da orientação do sistema como um todo. O Secretário de Estado de Educação e Formação é responsável, diante do Parlamento, pelo controle e direção do sistema público de educação.

O ensino superior é oferecido em universidades e instituições de ensino superior. Há dois estatutos jurídicos para as universidades. As antigas foram constituídas por uma Carta Real. As novas universidades, a partir de 1992, foram criadas por norma parlamentar, com base em lei originária da reforma educacional de 1988.

Independente do estatuto jurídico, todas, com exceção da universidade privada de Buckingham, se beneficiam de financiamento público substancial. Como órgãos autônomos, as universidades e outros estabelecimentos de ensino superior decidem sobre sua estrutura de gestão e de administração acadêmica e matéria de cursos.

Na década de 90 houve a massificação da oferta do ensino superior, e para controlá-la, o governo diminuiu o financiamento por aluno e reduziu as bolsas de estudo, o que acabou provocando grande pressão sobre as instituições. Em 1996 foi criada uma comissão nacional sobre ensino superior que resultou no Relatório Dearing, propondo um programa de desenvolvimento para o século XXI. Em 1998, uma lei sobre o ensino superior foi votada, com novas regras para o apoio financeiro aos estudantes e disposições para a melhoria da qualidade docente e do ensino.

## ITÁLIA

As reformas implementadas nos últimos anos na organização do governo italiano levaram à recomposição dos órgãos de estado. Em 1999, todo o setor educacional, da escola fundamental ao ensino universitário foi reunido em um único organismo, denominado Ministério da Instrução, da Universidade e da Pesquisa.

Anteriormente, de 1989 a 1999, o então Ministério da Universidade e da Pesquisa Científica e Tecnológica foi o responsável pela educação universitária, por alguns setores de educação superior, como também pela alocação de recursos para as universidades públicas e as privadas configuradas de acordo com o setor público.

Nesse mesmo período, a supervisão e o desenvolvimento da educação primária e secundária esteve a cargo do Ministério da Instrução Pública, enquanto a responsabilidade pelo setor não universitário de ensino superior era dividida entre o Ministério da Cultura Nacional (instituições e programas em conservação e restauração) e o Ministério da Instrução Pública (instituições da área das artes e de educação pós-secundária técnica integrada).

No início dos anos 90, as universidades encontravam-se em situação crítica. A Itália estava na última posição entre os países industrializados da OCDE, em relação ao percentual do Produto Interno Bruto aplicado à educação. Durante a década buscou-se reorganizar o ensino superior, especialmente em relação à superpopulação de alunos nas mega-universidades, visando a subdivisão estrutural progressiva; aumentar a autonomia das universidades; introduzir a avaliação do ensino; reestruturar a pesquisa; racionalizar a concessão dos auxílios aos estudantes e o acesso ao ensino superior; criar critérios de financiamento, entre outros. Houve redução dos recursos repassados pelo governo às universidades e pressões para que buscassem formas adicionais de financiamento.

## ALEMANHA

Por tradição cultural e constitucionalmente, na Alemanha, o exercício dos poderes governamentais e a responsabilidade em matéria educativa são atribuídos aos *Länder* (estados). A Lei Fundamental determina a supervisão estatal de todo sistema educacional. Observadas algumas leis gerais, os estados têm o direito de legislar relativamente à educação escolar, educação superior, educação de adultos e educação permanente. A administração do sistema educacional nessas áreas é sua matéria exclusiva.

O atual Ministério Federal de Educação e Pesquisa foi criado como Ministério da Educação e da Ciência em 1969, juntamente com a emenda constitucional que deu à federação responsabilidades adicionais no setor educacional. Em 1995, incorporou as funções do então Ministério de Pesquisa e Tecnologia. Sua estrutura integra um Diretório Central e seis Diretórios Gerais: Cooperação Européia e Internacional; Educação Geral, Educação Vocacional e Treinamento; Instituições de Educação Superior; Pesquisa e Meio Ambiente; Novas Tecnologias e Tecnologias da Informação; e Saúde, Biociências, Transporte e Aeroespaciação.

O Estado Federal começou a participar do financiamento do ensino superior, a partir de 1956, apoiando a expansão dos estabelecimentos, a promoção da pesquisa científica e o auxílio financeiro aos alunos. Nos anos 60, as competências do estado federal no domínio do financiamento e da organização do ensino superior expandiram-se. Em regra, as escolas estão submetidas às autoridades locais ou às dos estados; já as instituições de ensino superior são instituições estaduais.

A partir da unificação das duas Alemanhas, começa o movimento por reforma do ensino superior, para enfrentar problemas de desenvolvimento do ensino, como duração dos programas e evasão; deficiências estruturais em relação ao plano internacional; falta de estrutu-



ras de gestão modernas e o não condicionamento do financiamento aos resultados.

## FRANÇA

O sistema educativo francês, cujo órgão executivo é o Ministério da Juventude, da Educação Nacional e da Pesquisa, é estruturado de modo hierárquico. A testa do sistema está o Ministro de Educação Nacional, apoiado por dois ministros delegados, o ministro encarregado da Pesquisa e das Novas Tecnologias e o ministro encarregado do Ensino Escolar.

Os princípios fundamentais da política geral de educação estão definidos na Lei de Orientação de Educação de 1989, que fixa princípios relativos à vida escolar e universitária em todos os aspectos, ao pessoal administrativo e sua formação, ao funcionamento dos estabelecimentos e à avaliação do sistema educativo.

O governo francês assume majoritariamente o financiamento da educação. As coletividades territoriais, depois das leis de descentralização do ensino, têm papel de co-financiadoras. A repartição do financiamento para o ensino superior foi modificada pelo plano "Universidade 2000", desde 1999, e pelo atual plano "Universidade do Terceiro Milênio", levando à paridade entre o governo central e as regiões.

O ensino superior dispõe de autonomia pedagógica e científica, administrativa e financeira, desde 1968. O exercício da autonomia é realizado em um quadro de regulamentação nacional em matéria de ensino superior e por meio de uma política contratual com o Estado.

As leis de descentralização de 1983-85 transferiram a responsabilidade do funcionamento dos estabelecimentos secundários e de formação profissional às coletividades territoriais, departamentos e regiões. O estado conserva suas competências em matéria pedagógica, tendo em vista a uniformidade dos programas e a gestão do pessoal docente.

A partir de 1989, as coletividades territoriais e as regiões começaram a participar diretamente da manutenção do ensino superior, através de um vasto programa de desenvolvimento chamado "Plano Universidade 2000", pelo qual foram implantadas universidades em cidades médias, sob coordenação do Estado. Atualmente há instalações universitárias em cerca de 200 cidades francesas, contra 40, em 1968. É bom lembrar que, geograficamente, a França tem área comparativa ao do estado brasileiro de Minas Gerais.

## ESTADOS UNIDOS

Nos Estados Unidos, também por razões históricas, a educação depende da administração dos estados e dos municípios. As primeiras escolas e a primeira universidade foram criadas pelas colônias, antes de sua unificação, na luta pela independência. Essa tradição determinou a criação de um sistema público de ensino superior em todos os estados, ao lado de um forte sistema privado.

O governo federal não tem qualquer jurisdição ou autoridade sobre o reconhecimento de instituições, programas, currículos ou níveis de ensino. O *United States Department of Education*, organismo similar a um ministério de educação, é o braço executivo do governo federal, mas opera em cooperação com os estados e autoridades locais, especialmente na complementação de recursos para o ensino, pesquisa e bolsas de estudos.

No ensino superior há uma grande diversidade de instituições com diferentes objetivos acadêmicos, que se resumem, grosso modo, em três modalidades: universidades de pesquisa, universidades de ensino, *colleges* ou pós-secundários profissionalizantes.

Até meados da década de 50, o governo federal participava de forma limitada no financiamento do sistema. As escolas eram sustentadas através de impostos sobre as propriedades cobrados por estados e municípios. As maiores taxas de participação federal registraram-se entre os anos 1950 e 1970. Em 1992, o governo federal investiu US\$ 12 bilhões no ensino superior, sendo que US\$ 2,8 bilhões foram destinados aos programas ligados ao ensino de matemática, ciências e educação tecnológica.

Na década de 90 cresce a importância dada pelo governo federal ao ensino superior e à pesquisa. Dados do *U.S. Department of Education* indicam os seguintes níveis de participação entre 1995-96: União - 60,4%; estados e municípios - 7,5%; recursos próprios - 18,1%; indústria 6,8%; outros - 7,3%. Os recursos destinados à concessão de bolsas e auxílios aos estudantes universitários também cresceram no período. A União contribuiu com quase 38 bilhões de dólares para o fundo de 50 bilhões destinados a bolsas e auxílios. As instituições também contam com expressivos recursos provindos de doações tributariamente estimuladas e outros rendimentos de fontes patrimoniais.

Embora não exista coordenação federal, cada estado estabeleceu formas de coordenação da educação que cresceram de importância nos últimos 30 anos. O setor público de ensino superior é majoritário nos Estados Unidos, em termos de alunado. Cerca de 75% dos alunos e docentes pertencem ao sistema público. Em termos de instituições, o número de estabelecimentos privados é levemente superior aos públicos.

## CANADÁ

O Canadá está entre os países que não conta com um órgão de coordenação nacional de educação. Cada província e território mantém um departamento ou ministério de educação, com responsabilidade legal, administrativa e econômica, em todos os níveis de ensino. A atuação do governo federal se limita a campos específicos como a educação dos índios e esquimós, a educação de adultos e a educação nas línguas minoritárias (inglês em Québec e francês no resto do país) e a complementação de recursos financeiros.

Em nível federal, a educação é regulamentada por duas leis, uma sobre a educação geral e outra sobre o ensino superior, que contém diretrizes obrigatórias, mas permitem margem de manobra administrativa às províncias. O Canadá tem dez sistemas provinciais de educação e três territoriais. Em cada província há um ministério de educação. Os recursos provêm em grande parte dos impostos. O governo federal também transfere fundos para a educação superior às províncias.

## CHILE

A educação chilena é administrada por um sistema misto, com funcionamento descentralizado da educação pública e uma forte área de gestão privada. O Estado mantém funções normativas, avaliativas, de supervisão e apoio técnico, e de financiamento e controle, através do Ministério de Educação.

A educação pública de níveis básico e médio foi municipalizada e privatizada durante o governo Pinochet. A educação privada com reconhecimento oficial, ajustada às normas curriculares fixadas pelo Estado e a certos requisitos legais mínimos, detém 43% dos alunos de ensino básico e médio e 50% dos estudantes de educação superior. Uma parte da educação privada recebe aporte financeiro estatal.

Na educação superior recebem recursos públicos as universidades estatais autônomas e as universidades privadas criadas antes de 1980 ("tradicionais"). As universidades, institutos profissionais e centros técnicos pós-secundários privados instituídos depois de 1980 recebem valores públicos menores ou não têm direito a eles.

O Estado subvenciona a educação privada gratuita e as escolas e liceus municipais. Atualmente 92% dos alunos da educação básica e média frequentam centros públicos (municipais) ou privados que recebem subvenção pública.

Embora seja financiada pelo governo, a educação superior nas universidades estatais e tradicionais é paga, em decorrência das reformas realizadas pela ditadura. Há empréstimos subsidiados com verbas governamentais para estudantes carentes, mas muitas famílias não conseguem acesso a esses créditos. Em decorrência da diminuição dos recursos públicos, as universidades estatais, além de cobrarem dos alunos, obrigam-se a aumentar suas receitas com a venda de serviços ao setor público e privado. Também recorreram a empréstimos bancários, o que as levou a um alto grau de endividamento.

A concorrência pelo subsídio governamental no ensino básico e médio fez com que as famílias de renda média e média-alta migrassem para as escolas privadas subvencionadas. As escolas municipais perderam alunado. A cobertura do setor caiu de aproximadamente 75% para 59% da matrícula escolar. O sistema privado não subvencionado representa apenas 7% da matrícula. Na educação superior, os centros privados não subsidiados respondem por 50% da matrícula do setor.

## ARGENTINA

O Ministério de Cultura e Educação é o órgão de mais alto nível de condução da educação argentina. Em decorrência do sistema federal descentralizado, sua responsabilidade é concorrente com a das províncias, que têm a seu cargo a administração e supervisão do ensino primário e secundário. O sistema universitário e parte dos serviços de avaliação superior não universitária estão sob responsabilidade federal.

A educação pública é gratuita e seu financiamento está a cargo do Tesouro. No entanto, na década de 90, a crise do setor público e os cortes de gastos diminuíram os recursos oficiais. No nível universitário público, o governo vem forçando as universidades a buscarem outras formas de financiamento, incluindo a cobrança do ensino, permitida por legislação que alterou a garantia da gratuidade. Atualmente, a maioria da pós-graduação já é paga.

No mesmo período, foram criados um fundo para a melhoria da qualidade universitária (Fomec), que financia programas de investimento e de formação pós-graduada, e uma comissão de avaliação e acreditação universitária.

## MÉXICO

Na década de 90 o México realizou uma profunda reforma educativa, transferindo do âmbito federal para o dos estados, a responsabilidade dos serviços de educação pré-escolar, primária, secundária, de formação de professores (Universidade Pedagógica Nacional) e de educação indígena. No entanto, o governo federal conservou a autoridade normativa, técnica e pedagógica para o funcionamento desses níveis.

A educação superior constitui-se de um conjunto de instituições públicas e privadas diferenciadas. Por seu regime jurídico, existem universidades públicas autônomas, universidades públicas estatais (sem autonomia), instituições dependentes do Estado, instituições privadas livres e instituições privadas reconhecidas pela Secretaria de Educação Pública - que é o organismo executivo do Estado no âmbito da educação em nível federal.

Na década de 90, a grande maioria dos estudantes de ensino superior, cerca de 80% da matrícula total nacional concentrava-se no setor público; o setor privado detinha cerca de 18%. Cerca de 77% estudava em instituições universitárias e uma porção menor - 16% - em escolas tecnológicas. As universidades públicas agrupavam cerca de 64% da matrícula nacional e as universidades privadas, 12%.

O Estado é responsável por mais de 90% dos gastos de funcionamento das universidades, mas vem reduzindo o financiamento por aluno, obrigando as universidades a cobrarem matrículas e a aumentar as taxas de serviço. O financiamento é feito mediante repasses de valores globais anuais, cobrindo ensino e pesquisa, a qual conta também com recursos do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.

## ATUALIDADE

# Ifes esperam verba e diálogo com novo governo

**As situação das universidades públicas atingiu um estágio tão grave que colocou em risco a possibilidade de cumprir os compromissos previstos em seus cronogramas**

Desde junho passado, o atraso nos repasses financeiros do Tesouro, que passaram a chegar com-pletamente fora dos prazos previstos, e uma indefinição quanto à Emenda Andifes lançaram as universidades públicas em uma situação de tal gravidade que chegou-se a temer pelo cumprimento dos compromissos previstos nos cronogramas estabelecidos. Uma explicação: a Emenda Andifes é o complemento dos recursos solicitados, anualmente, pela entidade ao Tesouro, como forma de suprir o déficit no orçamento destinado pelo Ministério do Planejamento e da Fazenda às universidades.

A situação, que já não era boa, foi se tornando cada vez pior por uma razão já referida: as universidades ainda vivem o reflexo da greve de 2001. O agravamento da situação teve como resultado mais visível o fato de que as instituições foram compelidas a aumentar seu período de atividade e, conseqüentemente os gastos, passando a ter três semestres letivos no ano, um deles apenas para recuperar as aulas perdidas na greve.

## SEMESTRE DIFÍCIL

A pró-reitora de Planejamento e Administração da UFRGS, Maria Alice Lahorge, concorda que o último semestre foi particularmente difícil na Casa, sob o ponto de vista de financiamentos. Foi considerado que o apoio que a Emenda Andifes proporciona se estenderia ao orçamento previsto para 2002. No caso da UFRGS, isto resultaria, aproximadamente, em razoáveis R\$ 25 milhões. Ocorre que, a partir de junho, passou a haver um contínuo atraso nos repasses e, também, a Emenda Andifes, dada como certa, começou a apresentar incertezas. Essas incertezas perduraram até o recente 13 de dezembro, quando sua liberação foi completada. A pró-reitora lembra que um transtorno, que classifica de "gigantesco", foi sentido à medida que o ano foi chegando a seu final, época das inevitáveis e necessárias licitações: "Existe uma regra segundo a qual não

podemos, passar contratos, de fornecimento de um ano para o outro. Então, todos os anos somos obrigados a fazer licitações em novembro. Desde junho os repasses se tornaram instáveis e depois passaram a vir com grande atraso. Isto fez com que a Universidade acabasse pagando seus fornecedores não mais em uma semana, como era costume, mas em trinta ou quarenta dias. Evidentemente, o fato pas-

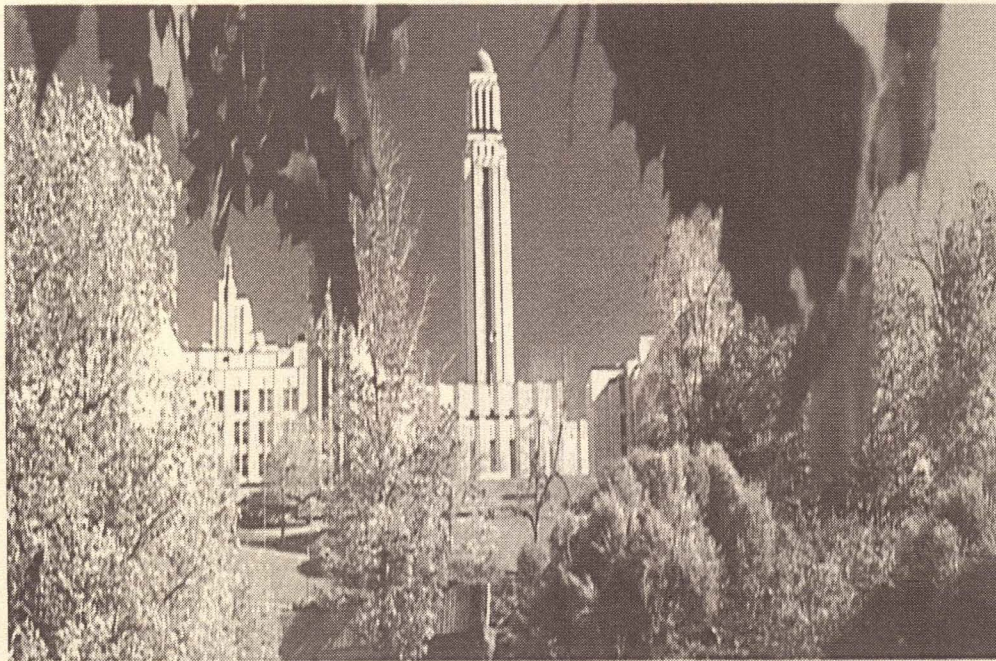
sou a repercutir no preço proposto nos últimos pregões feitos, o que trouxe compreensíveis complicações.

## LONGE DA SOLUÇÃO

A professora Ilka Maria Almeida Moreira, coordenadora do Fórum de Pró-reitores de Planejamento e Administração da Andifes, admite que neste dezembro "deu para dar uma respirada". Mas adverte que ainda não está visível uma solução para os graves problemas financeiros que afligem as instituições públicas de ensino superior. Ela cita com primeira e grave questão o fato de que as universidades não vivem apenas de seu funcionamento, mas que existem necessidades básicas a serem supridas como as de manutenção da infraestrutura (instalações elétricas, hidráulicas, prediais), as quais precisam de injeção orçamentária de grande porte para a sua recuperação.

Ilka chama atenção também para o item "Restos a Pagar", lembrando as normas atuais que os regulam estabelecem como data limite para os pagamentos o dia 31 de dezembro. Como as verbas só chegaram em dezembro, ela pergunta de que forma podem ser encaminhados serviços ou licitações tendo como prazo para o saldo dos compromissos o final do mês. Ela acredita que dessa forma "estamos sendo levados a cometer atos errados, pois as universidades serão induzidas a dizer que receberam um serviço sem o ter recebido efetivamente, apenas para garantir a verba".

Assim, fica caracterizado o impasse: conviência ou parada total de contratação de serviços com devolução de verbas. Como única solução aparece a mudança das regras relativas aos Restos a Pagar, dilatando seus prazos. Neste sentido, já foi enviado um ofício à presidência da Andifes para que encaminhe a questão junto à área jurídica da entidade ou ao Colégio de Procuradores Federais.



## PREVISÃO CAUTELOSA

O professor Mozart Neves Ramos, presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), considera que se o Tesouro repassar agora

às universidades o duodécimo de dezembro, equivalente a R\$ 34 milhões, "poderemos dizer que, do ponto de vista financeiro atingimos a meta que foi traçada no início do ano". Contudo, prevê que 2003 "será um ano difícil sob o ponto de vista orçamentário". Admite, porém, que se for mantido o orçamento de custeio, no valor de R\$ 494 milhões, e a Emenda Andifes, cujo último valor se encontra em R\$ 87 milhões, "e sendo isto respeitado pelo próximo governo, o que nós acreditamos plenamente," será possível trabalhar com certo nível de segurança.

Mozart diz que, antes de tudo é preciso traçar uma estratégia, uma política de investimento da área de infra-estrutura. Ele acredita até que este é um dos grandes desafios das universidades federais no âmbito do financiamento. O presidente da Andifes não esquece de advertir para outro grande desafio: uma política de reposição de pessoal docente e técnico. Chama a atenção para o fato de as universidades estarem com grandes dificuldades para solucionar a questão, em função da falta dessa política de reposição. Isto faz com que o sistema tenha, hoje, sete mil professores substitutos, quase 20% do quadro docente permanente, o que é considerado excessivo.

## NO EXTERIOR

### Capex recupera Casa do Brasil em Paris

Depois de longo período em condições precárias de conservação, a Casa do Brasil na França foi totalmente recuperada com recursos da Capex e entregue à comunidade acadêmica, estando presente a primeira dama Ruth Cardoso e o Presidente da Capex Abílio Baeta Neves. Resultado de um trabalho conjunto do urbanista brasileiro Lúcio Costa e do consagrado arquiteto francês Le Corbusier, a Maison du Brésil faz parte do patrimônio histórico e cultural de Paris, como a Casa da Suíça, também obra do arquiteto francês. Para a reinauguração, a atual diretora, Inez Salim, na casa desde 1995, organizou duas exposições que resgatam os quase 40 anos da instituição.

A Casa do Brasil é uma referência muito importante para quem viaja a estudos a Paris. Os interessados em pleitear hospedagem podem obter informações quando à forma de encaminhar a documentação, períodos de permanência e valores a serem pagos através da página na Internet, [www.maisondubrasil.org](http://www.maisondubrasil.org). Segundo Inez, a procura é grande por parte de mestrandos e doutorandos, como forma de atenuar as dificuldades de estudar no estrangeiro. "Questões como dificuldades com o idioma, distância da família e amigos, estudar longe e morar sozinho, assustam logo no começo, por isso a casa é uma referência importante", comenta Inez.

São quase 5.500m<sup>2</sup> de construção. Ao mesmo tempo que causa impacto à primeira vista pela presença marcante do concreto, esse prédio, considerado um exemplo do modernismo na arquitetura, apresenta espaços internos funcionais que oferecem aos 121 residentes facilidades como ducha e calefação nos quartos. Depois da reforma, os 78 quartos de solteiro e 22 apartamentos para casais foram equipados com tomadas para computador. Cada andar tem uma cozinha de uso coletivo para os quartos, enquanto os apartamentos estão equipados com fogão. A roupa de cama é trocada a cada quinze dias e semanalmente é feita faxina nos aposentos. Há uma lavanderia no sub-solo.

A *Maison du Brésil* fica na Cidade Universitária, que está a dez minutos do Quartier Latin, o bairro com maior concentração de universidades e escolas de Paris. Uma linha de metrô e quatro linhas de ônibus passam na porta da *Maison*. Essa comodidade dispensa o uso de carro, até porque o acesso de veículos na Cité é bastante limitado pois se dá prioridade aos pedestres. Tais características fazem deste complexo quase um condomínio fechado, um verdadeiro parque dentro de Paris, onde é possível longas caminhadas para esticar as pernas e soltar um pouco o pensamento depois de tantas horas de estudos.



## O LADO HUMANO DA UFRGS.

Graças ao apoio de alunos, ex-alunos, funcionários, professores, empresas, imprensa, órgãos públicos e comunidade em geral, a UFRGS conseguiu recuperar três dos 12 Prédios Históricos - Observatório Astronômico, Rádio da Universidade e Museu da UFRGS (Curtumes e Tanantes).

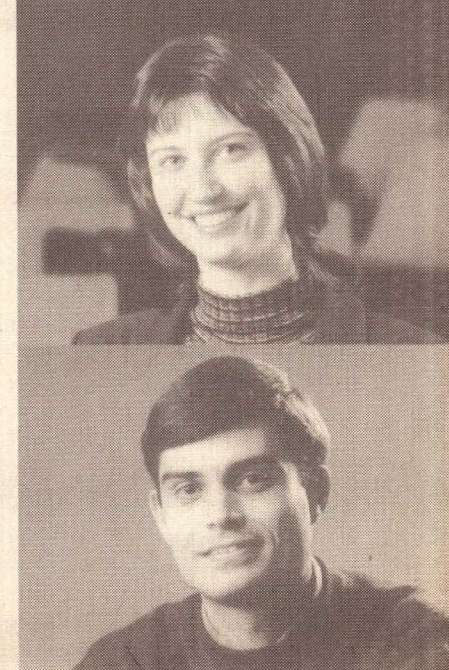
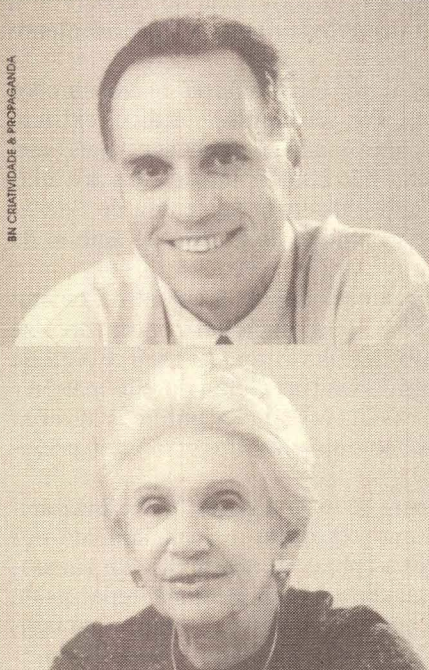
Esse é o lado humano de uma instituição: pessoas que se empenham de corpo e alma para melhorar as condições ambientais e físicas da Universidade.

Continue contribuindo com os Prédios Históricos.

*Universidade Viva*

Entre em contato com a Secretaria do Patrimônio Histórico e faça sua doação: [www.ufrgs.br/predioshistoricos](http://www.ufrgs.br/predioshistoricos) ou (51)3316-3018

**UFRGS**  
UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL



# Entidades lançam manifestos às vésperas da posse de Lula

*A poucos dias do início de um novo mandato presidencial, entidades ligadas ao ensino superior estão divulgando suas posições e tornando públicos seus anseios e preocupações em relação aos tempos que estão chegando. Assim, a Andifes – Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; a Andes – Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior e a Fasubra – Federação dos Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras, estão expressando o que pensam do atual estágio do ensino superior público no país e apresentando propostas para a reversão do quadro. A seguir, leia a carta da Andifes; a “Carta de Belém”, saída do 45º Conad – Conselho do Andes Sindicato Nacional, e o manifesto intitulado “Universidades Brasileiras em Risco”, emitido pela Fasubra.*



## Carta de Belém

O 45º CONAD – Conselho do ANDES-SN realizou-se em Belém - PA, no período de 1º a 3 de novembro de 2002, poucos dias após as eleições presidenciais e em uma região estratégica para os que lutam por uma nova sociedade libertada das imposições do Capital.

Os delegados e observadores presentes ao 45º CONAD não apenas registram a importância histórica da eleição do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva, oriundo do proletariado, num país marcado pela discriminação e pelo preconceito mas, acima de tudo, sublinham a vitória imposta pelo povo trabalhador aos que, no Brasil, representam e aplicam os planos destrutivos do Capital, em especial, o receituário do FMI. Tal fato, além de revestir-se de importância para a vida nacional, tem desdobramentos políticos em escala continental e mundial.

O fato de a sociedade brasileira ter rejeitado os programas neoliberais do FMI, do BM, da OMC e de seus aliados internos, representados e coordenados por FHC e sua equipe, é a maior demonstração da maturidade política do povo que recusou claramente as seduções do poder instituído para propor uma nova forma de sociabilidade. Ao fazê-lo, a sociedade brasileira constituiu um campo novo de desafios e possibilidades que requererão das organizações e dos militantes do campo popular uma capacidade estratégica de pensar as formas de mobilização dessa imensa energia liberada para construir as políticas necessárias à reconstrução nacional e à liberação do trabalho face às determinações do capital financeiro.

Desafios e possibilidades que exigirão de todos nós a afirmação das soluções necessárias dos graves problemas nacionais, com base nas reivindicações históricas levantadas pelos movimentos sociais como, também, a elaboração coletiva e democrática de alternativas. Este novo governo está colocado diante de restrições econômicas criadas pela submissão do Brasil à ordem do capital financeiro internacional, num momento em que o endividamento externo e interno é o maior já registrado em nossa história. Não desconhecemos que a construção de uma alternativa popular despertará, nacional e internacionalmente, as reações dos que buscam manter o Brasil dentro da ordem estabelecida. Mas, na medida em que se tornem concretas as aspirações daqueles que o elegeram, o novo governo angariará, no Brasil e no mundo, o apoio dos trabalhadores e dos povos. Somente a mobilização das classes trabalhadoras e dos movimentos sociais poderá garantir que as expectativas reveladas pelo processo eleitoral se transformem, de fato, em elementos de libertação real da nação e dos que nela trabalham. Devemos intervir neste processo na perspectiva internacionalista de unidade dos trabalhadores. Sem dúvida alguma, o Brasil estará sendo acompanhado de perto não apenas pelos organismos internacionais, mas, e isso é decisivo, pelo conjunto dos trabalhadores em escala internacional. Nos anos 60, dizia-se que para onde pendesse o Brasil, penderia a América Latina. Hoje isto também é verdade. O caminho da ampla mobilização é a forma pela qual poderemos atuar no sentido de dar nossa contribuição decisiva para que esta experimentação histórica se concretize na perspectiva libertadora. Se, pelo contrário, imaginarmos que a automaticidade na política garantiria o êxito desse processo, estaremos colaborando fortemente para a frustração das aspirações populares.

No momento atual, é oportuno lembrar que, com a oposição clara ou velada dos meios de comunicação, sem a participação da maioria dos partidos, sem qualquer apoio governamental, 11 milhões de brasileiros disseram não à ALCA e à entrega de Alcântara. Recusaram o aprofundamento da subordinação nacional ao imperialismo. Impõe-se, agora, a necessidade da realização de um plebiscito oficial. É nessa direção que o resultado das eleições ganha a dimensão da continuidade da luta.

Dizer não às relações econômicas internacionais subalternas e à política de guerra que atacam a soberania das nações e impõem à classe trabalhadora a perda de direitos e conquistas significa defender os serviços públicos, a universidade pública gratuita, laica, socialmente referenciada e a previdência pública, ameaçada pelas pretensões da iniciativa privada de obter lucros fáceis, certos e rápidos à custa do sacrifício dos trabalhadores.

O enfrentamento, no próximo período, das políticas privatizantes e reacionárias de Estado significa não abrir mão das reivindicações; não admitir nenhuma solução que implique mais perdas ou abandono dos métodos de luta do sindicato; não compactuar com o cumprimento de acordos firmados com o FMI que inviabilizam a concretização de medidas para atender a pautas de reivindicação e que comprometem os serviços públicos, condenando à miséria milhões de trabalhadores. Mantermo-nos coerentes com o programa de luta do ANDES-SN e com a Carta de Princípios da CUT é a forma concreta de levar à frente as aspirações da imensa maioria dos que, em 27 de outubro de 2002, votaram em Lula. Isto implica enfrentar as consequências impostas à educação em decorrência da implementação de medidas que comprometeram os reajustes salariais devidos, o plano de carreira e o financiamento das universidades.

Significa, portanto, manter a mobilização das amplas massas, em ações conjuntas e unificadas em defesa da educação, saúde, moradia, pelos direitos trabalhistas e de auto-organização dos trabalhadores contra as privatizações e pela reforma agrária.

Para enfrentar o próximo período, imprescindível se faz a continuidade da luta. Com base nas reivindicações que historicamente defendemos. Com um sindicalismo classista, combativo, pela preservação da CUT como central sindical independente que se oriente pelos interesses dos trabalhadores. E com um Sindicato que, de forma autônoma e democrática, não abdique das reivindicações e não abra mão de seus métodos de luta.

As necessidades da imensa maioria da população brasileira indicam claramente o sentido e a direção. Precisamos agora dar à idéia de mudança o significado da transformação social.

Chamamos o conjunto dos docentes universitários a construir, no 22º Congresso do ANDES-SN, um novo patamar da luta em defesa da universidade e da educação públicas, e por um Brasil livre da opressão imperialista e da exploração classista.

**A luta deve continuar**  
Belém-PA, 3 de novembro de 2002

## Universidades brasileiras em risco

Os trabalhadores e trabalhadoras em educação, a juventude e diversos setores sociais organizados vêm, ao longo destas três últimas décadas, discutindo a educação brasileira e avaliando cada passo dos governantes que passaram pela Presidência da República, pelo Ministério da Educação e dos diversos Governadores, Prefeitos e Parlamentares, muitos dos quais sempre tiveram uma concepção elitista da educação no Brasil, com influência européia e americana.

Os movimentos organizados, preocupados com a política educacional que vem sendo implantada, ao longo desses anos, por essas autoridades, promoveram diversos eventos, buscando construir uma alternativa ao modelo apresentado, dialogamos cotidianamente com a sociedade em relação ao desmonte do Serviço Público, em particular, a educação.

Assim, contextualmente, a discussão sobre a Universidade que queremos, corre ao longo destes anos. Nessa ótica, a FASUBRA Sindical, tem posicionamento firme de que a educação precisa passar por uma transformação profunda. Esta é uma das razões pela qual elaboramos e aprovamos o “Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores”. Este projeto tem norteado as nossas ações, tanto no âmbito das Universidades, como nos fóruns nacionais, haja vista a nossa contribuição na construção do Plano Nacional de Educação (Proposta da Sociedade) e de nossa atuação no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e nos quatro Congressos Nacionais de Educação. Atente-se que os CONED’s, organizados por diversas entidades sindicais, principalmente do setor da educação, bem como por Instituições de Ensino, movimento estudantil, entidades do movimento social e, principalmente, com a participação da sociedade civil organizada, culminaram em propostas de políticas para a educação nos três níveis.

Desta forma, pensar a Educação Brasileira pressupõe uma visão crítica dos modelos que foram implantados. Partindo da compreensão política de que, a sociedade que queremos, a nosso ver, tem que ser uma sociedade justa, igualitária com compromisso social, definidas as prioridades políticas para atender aos interesses da população.

Uma reformulação dos currículos escolares faz-se urgente, observando a pluralidade étnico-racial e a multiculturalidade, melhorando as condições de trabalho, inserindo, de fato, a juventude nas escolas e nas universidades em vista da transformação social e do desenvolvimento do país.

No nosso entendimento, estes são os pressupostos elementares para o início de uma mudança, esperada por todos os trabalhadores e trabalhadoras em educação e da juventude brasileira para a área educacional.

Contudo, se por um lado, queremos mudanças estruturais na Educação Brasileira, do ponto de vista didático-pedagógico, social, econômico, cultural e científico - uma educação comprometida com os interesses de todos e, em particular da classe trabalhadora - por outro, entendemos de fundamental importância a manutenção da integralidade do Sistema Federal de Ensino.

Não concebemos uma proposta de mudar a gerência da educação. Qualquer intenção de propor mudança das Universidades Públicas para o Ministério de Ciência e Tecnologia, no nosso entender, representa, quebrar o elo do ensino, separando o fundamental e médio do ensino superior, além do que se constitui, também, num desrespeito ao preceito constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o que se nos apresenta como algo inadmissível.

Desta feita, a Fasubra-sindical se posiciona, veementemente contra à proposta expressa pelo senador eleito, Cristóvão Buarque (PT-DF), que prevê desvincular as universidades do Ministério de Educação.

## A posição da Andifes

Brasília, 26 de novembro de 2002  
Senhor Presidente Eleito,

Andifes, em reunião de seu Conselho Pleno realizada em Brasília em 26/11/2002, deliberou apresentar ao futuro governo da República Federativa do Brasil sua posição contrária à desvinculação do ensino superior do Ministério da Educação. Considera que uma medida desta natureza não constitui uma simples alteração de organograma, mas uma profunda modificação estrutural e uma acentuada mudança conceitual na educação brasileira, que não fez parte do programa de governo do presidente eleito e não poderia ser implantada sem uma ampla discussão com a sociedade, notadamente no âmbito das universidades. Destaca que, no atual estágio de desenvolvimento do país, caso se pretenda fazer da educação um instrumento estratégico de transformação da sociedade brasileira, de eliminação da miséria, da exclusão social e das desigualdades regionais, é fundamental promover a articulação e a integração sistêmica dos diversos níveis de ensino e não a sua desagregação em ministérios distintos.

Compreende a importância decisiva da investigação científica e da inovação tecnológica para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira e a inserção autônoma do país no cenário internacional das nações. A Andifes defende uma política de governo que compatibilize as ações das agências do MEC e do MCT, de modo a proporcionar maior racionalidade e eficiência aos programas desenvolvidos. Lembra ainda que de quase 2000 instituições de ensino superior do Brasil, não chega a 5% o número daquelas que realizam atividades de pesquisa científica e tecnológica. Alerta para o fato de que, não obstante as severas restrições orçamentárias impostas às Ifes nos últimos anos, a vinculação constitucional definida no artigo 212 da Carta Magna é uma garantia de um patamar mínimo de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, o que não ocorreria com o ensino superior sendo deslocado, por exemplo, do MEC para o MCT.

A Andifes finaliza com um apelo à sensibilidade e ao espírito democrático do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para que a busca do entendimento através do diálogo preceda qualquer reformulação no sistema educacional brasileiro.

Considera que há relevantes questões emergenciais a serem imediatamente enfrentadas pelo governo, muitas delas não demandando nenhum investimento, como, por exemplo, a remoção de entraves normativos de forma a restaurar o respeito ao princípio constitucional da autonomia universitária. Por outro lado, faz-se necessária a garantia de recursos orçamentários para custeio e investimento das IFES, bem como a reposição da força de trabalho docente e técnico-administrativa visando a expansão, com qualidade, das atividades de ensino, pesquisa e extensão das IFES e hospitais universitários.

# “Não há exemplo de país desenvolvido com universidades subdesenvolvidas”

(Laurent Schwartz, matemático)

Com a troca de governo do país e com a anunciada alteração de rumos em relação aos governos anteriores que aponta para mudanças na escala de prioridades a serem atingidas, o Brasil entra, em janeiro, em uma nova fase da sua história. Com isso, abrem-se possibilidades de modificações em todos os setores importantes da vida nacional, entre eles, o ensino público.

E aí já irrompe, absoluta, uma opinião unânime: é necessário uma união de esforços em defesa da universidade pública brasileira. Esta defesa inicia com a uma imediata e profunda reforma na sua estrutura, com fundamentos na qualidade e na excelência. O bem maior de um país é o seu capital humano. O desenvolvimento educacional, científico e tecnológico, aliado a um sólido projeto nacional, são a base da estratégia para que a universidade pública atenda, com qualidade, a crescente demanda da população pelo acesso ao ensino superior. Especialistas e dirigentes de entidades ligadas ao setor receberam do *Jornal da Universidade* perguntas relativas ao atual estágio do ensino público no país, aos principais desafios que deve enfrentar, a curto e médio prazos, e à importância e abrangência da autonomia universitária. As respostas confirmam que correções de rumo são necessárias e indicam o que se espera para os próximos anos.

**Jornal da Universidade** - Quais foram as dificuldades encontradas pelas universidades públicas nos últimos anos?

**José Walter da Fonseca, presidente da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem)** - Dentre tantas, acredito que o contingimento dos orçamentos já achatados, a não reposição de vagas docentes e não docentes decorrentes, principalmente, de aposentadorias precoces, o excesso de legislação emitida pelo MEC e a falta de diálogo por parte do governo para ações na Educação Superior, por serem prejudiciais à autonomia universitária, têm sido as maiores dificuldades enfrentadas pelas universidades públicas.

**Eduardo Moacyr Krieger, presidente da Academia Brasileira de Ciência (ABC)** - Lamentavelmente, ao longo de vários governos sucessivos, esta atitude de descrença na ciência e na universidade pública brasileira persiste em altos escalões governamentais, sobretudo em setores cruciais da Fazenda e do Planejamento, responsáveis pela execução orçamentária e pela definição das linhas mestras do desenvolvimento nacional. A recente crise em nossas universidades federais colocou em foco a questão da autonomia, sem dúvida essencial para o seu futuro. O problema mais polêmico é o da autonomia financeira. Deve ser eliminado o enorme passivo previdenciário e para ser garantido o financiamento dos hospitais universitários.

Os atuais sistemas de ingresso nas nossas universidades não aferem bem a aptidão para esse tipo de formação. Ao impor uma escolha precoce e estanque de carreira, especializando-a, por vezes, até as raias do absurdo, tendem a provocar frustrações posteriores e, sequer, selecionam os candidatos melhor classificados.

**Paulo Alcântara Gomes, presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB)** - Embora a autonomia seja um dos principais assuntos discutidos nas reuniões entre universidades públicas e governos, pode-se afirmar que, desde a Constituição promulgada em 1988, andamos pouco ou quase nada. Assim, como as universidades não têm a autonomia de gestão financeira e administrativa, ficam impedidas de realizar concursos para docentes e para técnicos-administrativos, de gerenciar os respectivos bens patrimoniais e de remanejar orçamentos em função das propriedades ou das necessidades eventuais.

Um outro aspecto que vem se refletindo na normalidade da vida acadêmica é a ausência de qualquer continuidade de repasse de recursos, tornando extremamente difícil o processo de gestão financeira, na medida que, em muitas ocasiões, os chamados duodécimos são encaminhados com muito atraso, o que provoca multas, juros e, como ocorreu recentemente, até o corte da prestação de serviços pelas concessionárias.

Ainda no campo da gestão financeira, é forçoso reconhecer que os orçamentos das universidades públicas encontram-se em patamares muito aquém daqueles que permitam a simples manutenção das instituições.

Orçamentos diminutos acabam por impedir investimentos, com sérios danos para a atividade científica, que exige equipamentos compatíveis com as exigências de publicações em revistas indexadas e adequados ao esforço de inovação das universidades, determinando para a inserção de nossas empresas nos padrões internacionais. Cabe lembrar que boa parte da produção científica e da inovação tecnológica, no caso brasileiro, vem das universidades públicas.

Um exemplo interessante é o da UFRJ, que desenvolveu, em parceria com a Petrobrás, a tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas e, assim permitiu a economia de divisas (na compra de óleo) em montante equivalente ao orçamento de todas as universidades federais, em conjunto.

Outra dificuldade, que também se aplica às universidades privadas, é a decorrente da excessiva centralização verificada na legislação educacional e na legislação profissional. As universidades, embora autônomas, ficam impedidas de oferecer estruturas curriculares para muitas das novas profissões, em virtude da exigência dos conselhos profissionais.

**Christian Lindberg, diretor de Relações Internacionais da União Nacional dos Estudantes (UNE)** - As dificuldades foram várias, mas de forma sintética, a pior dificuldade encontrada pelas IFES em nosso país nestes 8 anos de Governo de FHC, foi a ameaça constante da cobrança de mensalidade nessas instituições. Além da tentativa do MEC de regula-

mentar a autonomia através das PEC 277 e depois 370, e mesmo sendo derrotado nessas tentativas, foram cortados constantemente os recursos das IFES, que teve impactos diretos no exercício da autonomia universitária e também na manutenção das instituições, no que se refere a despesas elementares como água, luz e telefone, imagine quando falamos na ampliação das vagas ou na aquisição de mais equipamentos nessas condições. O legado que FHC e Paulo Renato deixam para as IFES brasileiras é uma situação de sucateamento e o próximo governo vai ter muito trabalho pela frente.

**Newton Lima Neto, prefeito de São Carlos** - Observando a Educação Pública no Brasil de uma forma ampla percebemos que as características marcantes da atual política educacional no Brasil são: a centralização no controle de todos os níveis de ensino; descentralização na sua execução; privatização no atendimento da educação superior e infantil; baixa qualidade do ensino fundamental e médio e insuficiência geral de recursos.

Além disso, as universidades públicas ainda vêm sofrendo nos últimos anos com a falta de recursos em todos os setores prejudicando, desde a manutenção operacional da instituição e formação acadêmica, até o desenvolvimento e continuidade das pesquisas.

**Mozart Neves Ramos, presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)** - Muitas das medidas provisórias e decretos que atrapalharam, vamos dizer assim, o desenvolvimento institucional, partiram do próprio Ministério do Orçamento e Gestão. Então, na verdade, nós temos grande dificuldade de execução financeira e de gestão administrativa em função de uma série de medidas que foram adotadas pelo governo e que atrapalharam em muito, tanto o diálogo, a confiança do diálogo como o próprio desempenho da gestão institucional.

**JU - Quais os principais desafios para o ensino superior público a curto e médio prazo?**

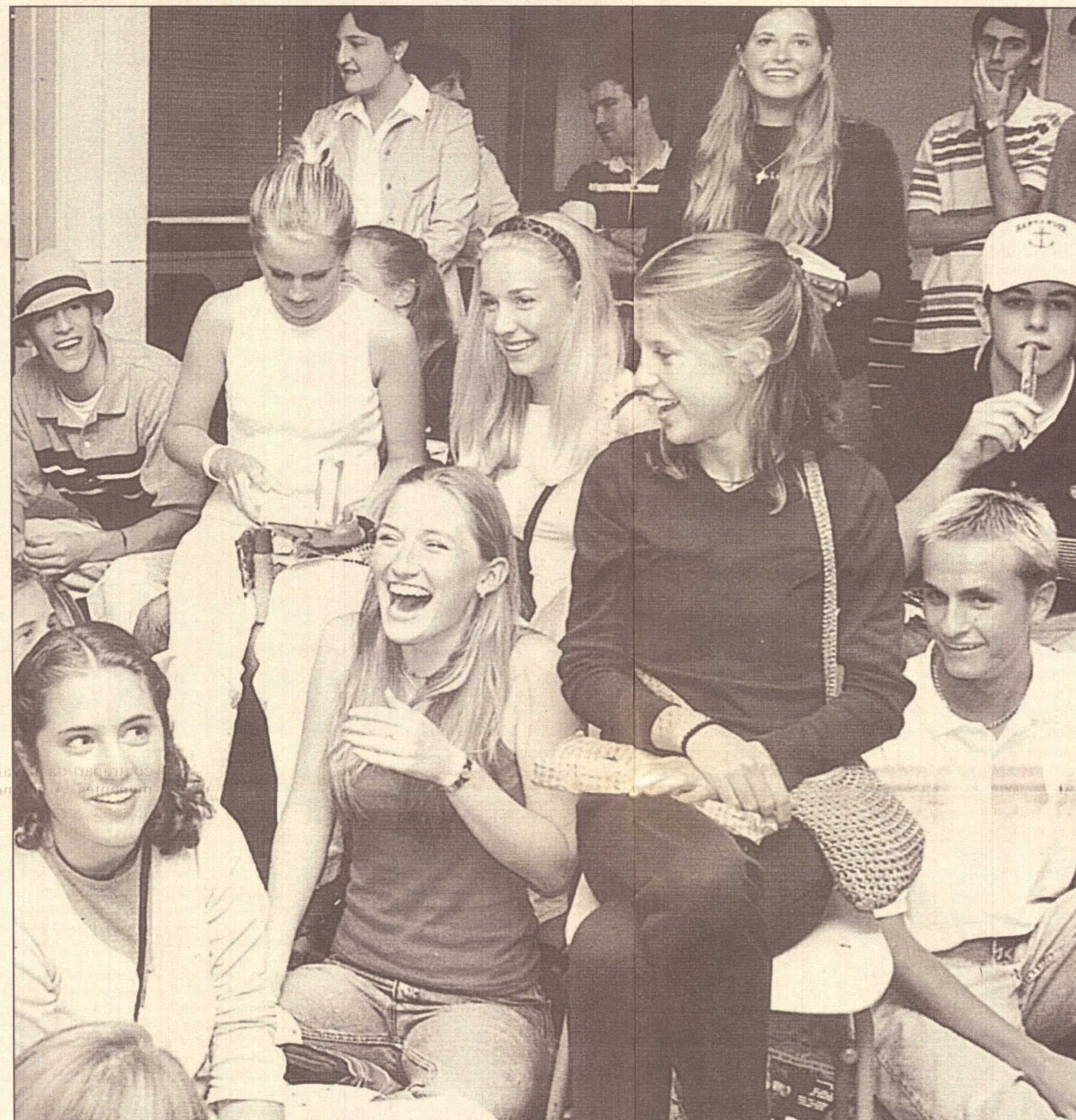
**Fonseca (Abruem)** - Em primeiro lugar, fazer o governo entender, aceitar e apoiar a universidade pública como órgão de Estado e não de Governo, sujeito às mudanças partidárias. Depois, construir um diálogo político com o governo que se inicia, assegurando, já a partir de 2003, o respeito ao artigo 207 da CF, através do cumprimento integral de seus orçamentos, via dotações globais. A partir desses dois pontos, promover adaptações curriculares e estruturais que garantam a sua avaliação pelo governo, que é seu provedor, e pela sociedade. Por fim, ser capaz de inserir-se no contexto das novas políticas sociais de fundo como, por exemplo, no programa Fome Zero e de ampliação da oportunidade de acesso ao ensino superior.

**Krieger (ABC)** - Entre eles, destaca-se o apoio à recuperação do ensino público do primeiro e segundo graus, fator crucial não só para o desenvolvimento, mas também para reduzir a iniquidade no acesso das camadas menos favorecidas da população à universidade pública, que agrava as desigualdades na distribuição de renda.

A principal função da universidade continua sendo a formação de pessoal. Cumpra-la a contento, frente ao crescimento explosivo da inovação tecnológica e ao caráter cada vez mais interdisciplinar dos avanços no conhecimento, requer uma revisão profunda das metodologias tradicionais de ensino.

Na graduação, é fundamental que se desenvolva a iniciativa individual, a capacidade de pensamento crítico, de “aprender a aprender” a fim de manter a atualização e, continuamente, criar conhecimento. Deve-se enfatizar uma formação básica sólida, calcada nos princípios, válidos a longo prazo, em que se alicerçam as inovações. Ao mesmo tempo, deve ser estimulada a capacidade de trabalhar cooperativamente.

Universidades que ambicionem atingir o mais alto padrão de ensino, pesquisa e extensão devem reger-se pela



primazia do mérito e da qualidade acadêmica, submetendo-se a uma permanente avaliação externa por pares e mantendo transparência na prestação de contas à sociedade, a qual deve estar representada nos órgãos colegiados de cúpula.

A hierarquia do mérito, liderança e excelência acadêmica também deve prevalecer na escolha de dirigentes, em todos os níveis, inclusive o departamental, em vista das elevadas funções e responsabilidades da universidade pública. A pensão dos departamentos a se fecharem em si mesmos, assumindo o controle perene de disciplinas, contraria as tendências cada vez mais interdisciplinares da ciência e tecnologia de fronteira e deve ser substituída por uma estrutura mais ágil e flexível.

Dois regimes de trabalho devem ser mantidos: o de dedicação exclusiva, essencial para a pesquisa (compatível com consultoria externa devidamente regulamentada), e um regime de dedicação parcial, importante em áreas profissionais onde atividades regulares externas contribuem para a experiência a ser transmitida no ensino. A natureza distinta destes dois regimes requer carreiras acadêmicas bem diferenciadas entre eles.

Deve ser mantida significativa diferenciação salarial entre os escalões da carreira, incentivando a progressão. É essencial que haja um corpo técnico-administrativo competente, cuja carreira premie e remunere à altura o aperfeiçoamento profissional e a eficiência na gestão de recursos, penalizando a burocracia e o desperdício. O primado da qualidade sobre a quantidade de servidores deve ser a palavra de ordem.

**Gomes (CRUB)** - Creio que o principal desafio é o da reorganização do ensino superior brasileiro. A Lei de Diretrizes e Bases - LDB, em seu capítulo sobre educação superior, só faz referências explícitas às universidades, deixando vagas as missões das demais organizações, como centros universitários e faculdades isoladas. Ao mesmo tempo, o sistema acabou por se hierarquizar, quando deveria ser estratificado. Uma universidade com fraco desempenho não deve ser “rebaixada” para Centros ou para Faculdades Integradas, porque cada tipo de organização tem suas próprias missões e objetivos.

A falta de organização do sistema se reflete no processo de expansão, com a criação de unidades de ensino incompatíveis com as peculiaridades locais. O Brasil tem a sua base econômica centrada nas micro e pequenas empresas

em torno de quatro milhões de empresas formais e outros dez milhões de empresas informais) que precisam de profissionais nas mais diversas áreas de conhecimento. Assim, penso que no processo de expansão, inevitável face ao Plano Nacional de Educação, seja perseguida uma articulação das novas instituições e dos novos cursos com as necessidades dos arranjos produtivos locais.

Outra questão é a do orçamento. É indispensável redimensioná-lo, tornando-o adequado às missões acadêmicas e permitindo a constante modernização de laboratórios e equipamentos e assegurando uma ampliação das vagas nas universidades públicas. Como já citei anteriormente, é preciso garantir a continuidade e a periodicidade de repasses financeiros.

Entretanto, existe um desafio que se encontra aparentemente fora do ensino superior. Os últimos resultados do Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM, o desempenho nos vestibulares e nos primeiros anos dos cursos de graduação permitem constatar que é urgente e prioritária reavaliar ações eficazes no sentido de assegurar a melhoria da qualidade no ensino médio e nos demais níveis. A presença das universidades é, portanto, fundamental, na medida em que cabe a ela formar os professores e desenvolver novas metodologias de ensino, inclusive com o emprego das novas tecnologias de informação e de comunicação.

**Lindberg (UNE)** - A curto prazo deve ser garantido a execução do insuficiente orçamento das IFES para o próximo ano, incluindo os recursos para a Assistência Estudantil e a manutenção dos Grupos PET. Penso que a efetivação dos concursos para professores e técnicos-administrativos, a mudança da composição e função do Conselho Nacional de Educação como também a legislação que se refere a avaliação do Ensino Superior, substituindo o Provão por um outro modelo de avaliação que vise melhorar o sistema de ensino superior do país, devam ser outros elementos emergenciais. Um outro desafio é o posicionamento contrário que o Brasil deve ter em relação à inclusão da educação nos acordos firmado no GATS/OMC, já que o Governo brasileiro precisa notificar sua opinião até março de 2003.

**Lima (São Carlos)** - O programa de governo “Lula Primeiro” para a Educação Superior comporta várias metas. Do ponto de vista específico da expansão do subsistema devem ser destacadas as seguintes: 1) ampliar, em quatro anos, as vagas no ensino superior, em taxa compatíveis com

o estabelecido no PNE (prover até o final da década, a oferta da educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos); 2) ampliar a oferta de ensino público universitário, de modo a projetar, no prazo de dez anos, uma proporção de, no mínimo, 40% do total de vagas, prevendo inclusive a parceria da União com os Estados na criação de novos estabelecimentos de educação superior (meta do PNE aprovada pelo Congresso Nacional e vetada pela presidência da República); e 3) promover o aumento anual do número de mestres e de doutores formados no sistema nacional de pós-graduação em, pelo menos, 5% em conformidade com meta estabelecida pelo PNE.

**Mozart (Andifes)** - Em primeiro lugar, de curto prazo, é estabelecer esta convocação através de uma agenda positiva que possa efetivamente restituir uma política de expansão e matrículas, tanto na graduação como na pós-graduação, um novo modelo de financiamento e uma política de reposição de pessoal, tanto docentes como de técnicos-administrativos. Também de curto prazo, é fundamental que se comece a criar um ambiente favorável à implementação de uma autonomia universitária. Esses são os fatores essenciais de uma base para o desenvolvimento do ensino superior.

**JU - Qual a importância da autonomia para as universidades públicas? E que aspectos essa autonomia deveria abranger?**

**Fonseca (Abruem)** - A autonomia é o oxigênio das universidades. Sem ela não tem como elas atingirem, com êxito, seus verdadeiros e fundamentais objetivos. Autonomia, contudo, é diferente de soberania. Deve ser exercida com responsabilidade e respeito aos limites da lei e com compromisso social. Hoje, as universidades públicas brasileiras necessitam exercer seu direito constitucional na plenitude, ou seja, autonomia acadêmica, científica, administrativa (inclusive de recursos humanos e de política salarial) e de gestão financeira com autonomia financeira.

**Krieger (ABC)** - Autonomia também é privilégio a ser conquistado com base na análise caso a caso, tendo como contrapartida a avaliação externa e o acompanhamento permanentes. A autonomia plena requer um plano estratégico de longo prazo.

No mundo todo, universidades de qualidade, e a pesquisa nela realizada, são financiados primordialmente pelo governo, respeitando a liberdade acadêmica. Reconheço, hoje, que este é um dos investimentos mais rentáveis que um país pode fazer em seu futuro. Não existe país desenvolvido com universidades subdesenvolvidas.

Universidades de alto padrão, aliando ensino e pesquisa, têm um custo elevado, e são bancadas, majoritariamente, pelo poder público em todos os países, inclusive, ao contrário do que se propala, nos Estados Unidos, onde 80% dos jovens matriculados no ensino superior estudam em instituições públicas; nas melhores universidades privadas, a pesquisa básica é sustentada pelo governo. É um investimento de altíssimo grau de retorno para o país.

A autonomia, como a dedicação exclusiva, é um privilégio a ser conquistado caso a caso, com base na avaliação de mérito. Ela pressupõe responsabilidade e deve ser escalonada em diversos graus. A vinculação orçamentária deve ser atrelada ao desempenho, avaliado por comissões externas de pares, com presença internacional. A autonomia plena requer um plano estratégico de longo prazo, com acompanhamento permanente.

Consideramos necessária a criação de um órgão decisório especial para o exame e acompanhamento da autonomia. Estamos elaborando uma proposta para a estruturação deste órgão, que deve ser composto, em grande maioria, por acadêmicos da mais alta qualificação.

A caracterização da universidade como o *locus* do saber, da liberdade acadêmica e da inteligência, livre do dirigismo, por melhor intencionado que seja, é um pressuposto básico da autonomia.

É uma ilusão perigosa, porém, acreditar que os recursos captados com atividades de extensão possam substituir o investimento público na universidade. Nenhum sistema universitário no mundo funciona nesta base. Mesmo nos Estados Unidos, sempre citados como modelo, menos de 7% do valor contratado para projetos de pesquisa em todas as universidades vem de empresas - 67% vem do governo federal, e outra fatia grande de governos estaduais e locais. Recente relatório do Conselho de Assessores Econômicos da Casa Branca atribui mais de 50% do crescimento da economia daquele país, nos últimos 40 anos, a investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Afirma esse documento que a pesquisa básica, realizada primordialmente em universidades e financiada principalmente pelo governo, não só contribui para a educação - em particular para a formação de cientistas e engenheiros - mas tem também um papel chave na inovação industrial.

**Gomes (CRUB)** - A autonomia é outro desafio decisivo para a vida das universidades públicas (e também para a dos demais segmentos), pois dela depende o correto estabelecimento dos quadros de pessoal, compatíveis com as situações verificadas em cada universidade, a oferta de novas modalidades de diplomas e a introdução de modernas práticas gerenciais.

**Lindberg (UNE)** - A autonomia para as universidades brasileiras, em especial as públicas, é muito fundamental. Primeiro devemos respeitar a Constituição Federal, mas podemos colocar elementos referentes a democracia interna, financiamento, relação com a sociedade, produção científica e controle social, onde seja composto um sistema integra-

do do Ensino Superior e que a comunidade universitária e a sociedade possam de fato contribuir com o aperfeiçoamento da universidade e que ela possa retribuir, contribuindo com o desenvolvimento social e econômico de nosso país.

**Mozart (Andifes)** - A questão da autonomia passa por decisão política do próprio governo. A gente tem notado, com base na experiência de outros países, que a autonomia depende muito do modelo de Estado, de governo. As vezes isso tem uma influência muito forte no limite da autonomia universitária. Ao longo dos últimos anos, tivemos uma perda gradual de autonomia, desde a questão de reposição de pessoal, de trabalhar com orçamento global até, mais recentemente, a criação da Procuradoria Geral Federal. Então, no momento que estamos vivendo, é muito importante que se estabeleça um mecanismo que possibilite gradualmente essa autonomia. E, a meu ver, passa por uma Lei Orgânica das Universidades. Por essa razão, a Andifes tem uma proposta já pronta sobre o assunto, para ser discutida com os sindicatos e também com o novo governo.

**JU - Na sua opinião as universidades federais devem continuar vinculadas ao MEC? Por quê?**

**Fonseca (Abruem)** - Sem nenhuma dúvida, e por motivos vários. No entanto, destaco o mais importante deles que é a diferença abissal entre a matriz de financiamento da educação superior e da ciência e tecnologia. C&T poderia ser uma secretaria em um Ministério da Educação Superior, nunca o inverso.

**Gomes (CRUB)** - Embora os modelos de um ministério das Universidades ou de um Ministério da Educação Superior, da Ciência e da Tecnologia sejam adotados em alguns países, creio que, no caso brasileiro, elas devam continuar no MEC, porque, em primeiro lugar, a articulação das universidades com a sociedade não se faz exclusivamente pela via da investigação. Os programas do governo que ora se inicia sinalizam para um forte incremento das atividades de extensão, já que as universidades deverão se engajar nos projetos assistenciais, sempre em consonância com as missões das organizações acadêmicas. Assim, as universidades deverão se aproximar cada vez mais de diversos Ministérios, como os da Agricultura, da Ciência e da Ciência e da Tecnologia, da Saúde e o do Desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, cumpre ressaltar que o planejamento da educação deve ser realizado de forma abrangente, articulando todos os níveis de ensino. A formação de professores para a educação básica e para o ensino médio deve ocorrer nas universidades (temos que qualificar cerca de 600.000 nos próximos anos) que, assim, devem se constituir em elemento ativo do Ministério da Educação.

**Lindberg (UNE)** - Esse é um assunto que não consta no Programa Educacional do próximo governo, mas em linhas gerais consideramos inoportuna a divisão do Ministério no início do governo, em função das dificuldades operacionais e burocráticas que poderiam causar o atraso da aplicação das medidas emergenciais necessárias. Propomos que esse debate seja realizado de forma ampla com a participação da comunidade acadêmica em conjunto com o debate sobre a autonomia universitária. Consideramos que esse momento será mais propício para estabelecer diretrizes de médio e longo prazo, e facilitar a adequação da estrutura de gestão do sistema universitário e educacional como um todo.

**Lima (São Carlos)** - Sou contra a fragmentação do MEC. Pode até haver uma mudança, porém deve ser discutida amplamente com a sociedade. Além de estudar as modificações necessárias no orçamento, precisamos analisar todos os prós e contras com muita calma. Uma das consequências de uma possível separação das universidades do MEC seria o enfraquecimento dos ensinos médio e fundamental, que seriam muito prejudicados. Uma das funções das universidades é formar bons professores. Caso esta mudança ocorresse, este papel das IES seria afetado diretamente, pois o foco seria a pesquisa e não a licenciatura. Isso não faz parte do programa de governo.

**Mozart (Andifes)** - Entendo que essa questão foi colocada pelo professor Cristóvam Buarque, que é um possível candidato a ministro, muito forte, muito falado, inclusive na mídia. Formalmente, até agora, não se ouviu nenhuma proposta do governo. Se ouviu a proposta do Cristóvam, mas não é a proposta do governo. Então, eu diria que, para a Andifes, é muito importante que as universidades permaneçam no Ministério da Educação. Que se tenha exatamente a estruturação de uma política pública que integre a educação básica com a educação superior. Isso é fundamental. Ao mesmo tempo em que se evitará, ao meu ver, uma certa assimetria, do ponto de vista do financiamento, já que hoje, no mínimo, 18% do PIB do Brasil, do que é arrecadado oficialmente, deve ser destinado à Educação. E desses 18%, no mínimo 75% se destinam às universidades federais. Então, a passagem do ensino público superior para a Ciência e Tecnologia, poderá gerar umas certa inconstitucionalidade. Eu defendo que se mantenha na Educação para que se tenha ação integrada com a educação básica, incluindo aí a formação da rede pública. Acho que, se hoje as universidades federais detêm a qualidade do sistema no ensino superior, na educação básica, infelizmente, é na rede privada que se encontra a qualidade. E uma maneira de puxar a qualidade da educação básica parte de uma qualificação do corpo docente o que pode e deve ser feito pelas universidades. Por essas razões, sou favorável a que se mantenha a situação atual e se defina uma política clara de maior integração entre educação básica e educação superior.

## CAMPUS

## Nova diretora anuncia inovações na Editora da UFRGS

**Jusamara Vieira Souza quer divulgar e distribuir melhor as publicações da Editora e pretende baratear o preço dos livros, tornando-os acessíveis aos mais amplos segmentos da comunidade.**

Foi empossada este mês a nova diretora da Editora da UFRGS, Jusamara Vieira Souza, que anunciou inovações e demonstrou a intenção de colocar a produção de livros ao alcance do público leitor. A solenidade, teve a presença da reitora Wrana Maria Panizzi, do vice-reitor, José Carlos Ferraz Hennemann, pró-reitores, de secretários, diretores de unidades e professores.

Jusamara disse que foi um grande desafio aceitar o convite para pensar um projeto para a Editora. Principalmente porque a Editora está ligada a uma universidade pública, cujas publicações têm a função social de divulgar o que a comunidade acadêmica realiza em ensino, pesquisa e extensão. "Como Editora Universitária, devemos representar, muito especialmente, a imagem institucional, o trabalho dos professores e pesquisadores da UFRGS e sua produção acadêmico-científica e cultural."

Algumas inovações vêm sendo preparadas em parceria com o Conselho Editorial, entre elas o Projeto Editorial Formação Continuada, o Projeto Apoio a Periódicos Científicos e o Projeto Novas Mídias e Tecnologias. Outra meta importante, de acordo com Jusamara, é colocar os livros da Editora mais ao alcance dos leitores. "Divulgar e distribuir melhor as publicações inclui a consideração sobre tornar o preço dos livros acessível aos mais amplos segmentos da comunidade."

Em relação ao projeto elaborado, a diretora ressalta a importância da Editora como um espaço que privilegie as relações interinstitucionais, dentro e fora da Universidade, e interdisciplinares, considerando as várias áreas do conhecimento. Além disso, também será meta envolver a comunidade universitária com um verdadeiro projeto editorial, tornando a editora um órgão essencial de transmissão daquilo que se pensa e se produz na Universidade.

Para isso, Jusamara ressalta algumas medidas a serem adotadas, como adequar a estrutura administrativa; implementar novos programas editoriais; aprimorar a sistemática de comercialização e divulgação de livros; ampliar a distribuição de caráter comercial, com a abertura de duas livrarias, e de caráter institucional/acadêmico, com melhor divulgação para bibliotecas e centros de referências.

A nova diretora considera que para a execução desse projeto será fundamental a participação de todos os interessados. "Somente assim conseguiremos articular a Editora com os diversos segmentos da comunidade universitária e integrá-la aos objetivos e políticas culturais da UFRGS", diz Jusamara.

Um dos objetivos da diretora é dar continuidade ao ótimo padrão alcançado pela Editora ao longo dos anos. A missão apresenta desafios. Hoje, a diversidade temática e o número de títulos de livros editados colocam a Editora da UFRGS em lugar de destaque entre as editoras universitárias.

## Equipamento multimídia projeta imagens animadas no Planetário

A partir de maio de 2003, os visitantes do Planetário Professor José Baptista Pereira, da UFRGS, terão uma surpresa: a Jornada do Sistema Solar poderá ser apreciada através de imagens animadas e não mais por meio de figuras fixas. A novidade se deve à substituição dos antigos projetores de slides por equipamento de multimídia, uma das primeiras medidas da nova diretora do Planetário, doutora em Física Nuclear Maria Helena Steffani, empossada em dezembro.

Segundo ela, a indicação de seu nome para o cargo aconteceu naturalmente, pois desde novembro deste ano coordenava o Projeto de Fortalecimento do Planetário, previsto no Plano de Gestão da Universidade, atualmente sob a coordenação da professora Maria de Fátima Oliveira Saraiva, do Departamento de Astronomia.

Professora desde 1979 do curso de Física da UFRGS, uma das características de Maria Helena é a paixão pela educação nos diferentes níveis. Essa peculiaridade sempre a manteve ligada tanto ao ensino médio e mesmo à escola infantil. Além das aulas na graduação, ela coordenou durante muitos anos o curso de extensão de Física para secundaristas e também fez alguns estudos sobre a capacidade de crianças de quatro a seis anos observarem e aprenderem fenômenos celestes. Atualmente, além de prestar assessoria através do Núcleo de Integração Universidade Escola, orienta o novo curso de mestrado profissionalizante em ensino de Física.

Essa paixão que sempre a levou a trabalhar com alunos de diversos níveis de aprendizagem, desde a pré-escola ao ensino superior, é outra característica facilitadora do exercício de seu novo cargo na Universidade, onde circulam diferentes públicos. Para ela, em um país onde as pessoas cada vez mais se reúnem em centros urbanos, é preciso que se "redescubra o prazer de contemplar e conhecer as maravilhas celestes". Por isso, uma das metas principais da nova diretora é ampliar e qualificar o trabalho oferecido no Planetário.

"Pretendo realizar esse trabalho da forma mais interdisciplinar possível", garante a professora. Para isso, vai procurar parcerias como o projeto *Com quem quer brincar*, coordenado pela Faced, e a *Hora do Conto*, programado pela Fabico. Além de dar continuidade a trabalhos já existentes, como a oficina *A Terra como grão de pimenta*, junto a crianças do jardim ao ensino fundamental.

Outra possível parceria será com o Curso de Biologia, desenvolvendo palestras com o tema vida extraterrestre, assunto recentemente incluído no currículo desse curso. No segundo semestre de 2002, o Planetário já promoveu essa discussão com a participação de especialistas de diferentes áreas do conhecimento. Outros temas a serem incluídos na programação como oficinas, cursos ou palestras serão: cientistas que colaboraram para o desenvolvimento da Astronomia; construção

de instrumentos de observação e estrelas de diamante, questão aprofundada pelo atual diretor do observatório da UFRGS, Kepler Oliveira Filho.

Para se ter uma idéia, de 1971 a 2001 foram publicadas 541 obras inéditas e 110 reedições. "Graças ao trabalho competente de sua equipe, a produção editorial tem sido reconhecida e premiada em vários lugares do Brasil. É preciso manter esse padrão e oferecer cada vez mais condições – principalmente tecnológicas – para a qualificação da produção", diz a diretora.

## CONSUMO

Na avaliação de Jusamara, uma idéia importante para o mercado editorial no Brasil é a de que o acesso aos livros é muito restrito. O número de leitores e consumidores de livros ainda é pouco expressivo, diz ela, ressaltando que esse índice está diretamente vinculado ao desenvolvimento sócio-econômico. Segundo estatísticas do Sebrae, a população brasileira compra apenas dois livros ao ano.

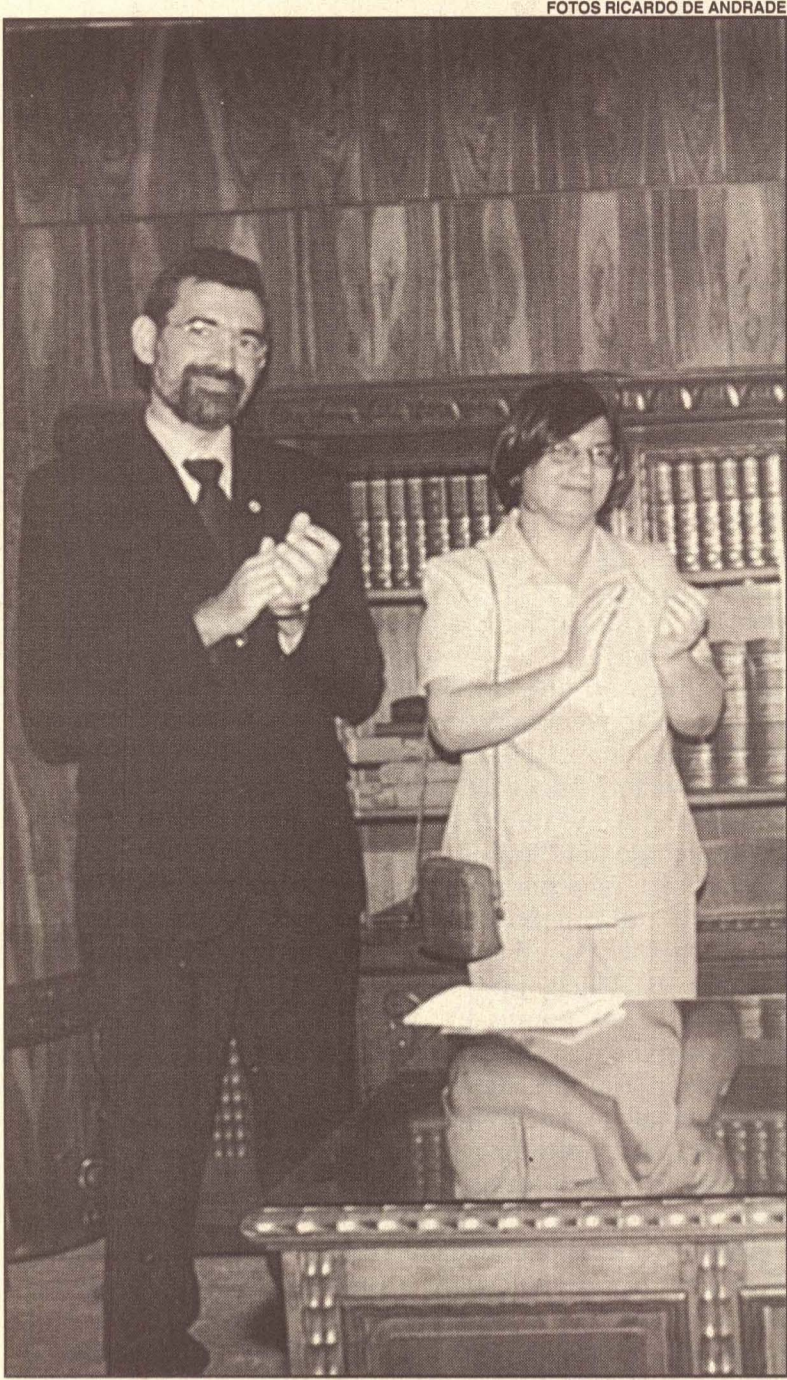
Essa média se eleva bastante se consideramos apenas o Estado do Rio Grande do Sul. Para a diretora, graças ao trabalho da Câmara Rio-grandense do Livro e de outras instituições, muito tem sido feito para o incentivo da leitura nas escolas, com jovens e crianças. "Os resultados da Feira do Livro de Porto Alegre e de outras feiras do interior do Estado revelam dados animadores. O consumo do livro está diretamente vinculado à educação. Por isso é tão importante pensar na Editora não apenas como editora de livros, mas que tenha acoplado ao seu projeto um programa de formação de leitores", diz Jusamara.

## TRAJETÓRIA

Doutora em Educação Musical pela Universidade de Bremen, na Alemanha e com diversas obras publicadas, Jusamara iniciou sua relação com a UFRGS em 1995, ao começar um trabalho como pesquisadora associada ao CNPq. Nesse período, atuou nos cursos de graduação, ministrando algumas disciplinas do Curso de Licenciatura e Pós-graduação em Música, com a orientação de dois alunos de mestrado. Paralelamente, desenvolveu projetos de pesquisa, buscando uma articulação maior entre a Graduação e a Pós-graduação, o que resultou em algumas publicações que são referência para a área da pesquisa em música.

Em maio de 1997, prestou o concurso público para o cargo de docente, professor adjunto e, em agosto do mesmo ano, já assumia a função junto ao Departamento de Música do Instituto de Artes. Nesses cinco anos, a produção foi intensa, com orientações de mestrado e doutorado, participação em vários comitês científicos e cargos de representação. Como cargos administrativos, participou da Câmara de Pesquisa (Cepe) e da Comgrad. Atualmente, é editora da revista *Em Pauta*, do Programa de Pós-graduação em Música.

"Como autora e já professora da UFRGS, pude ver o trabalho da Editora de perto e conhecer a equipe que a fazia tão reconhecida. Sempre me interessei por livros e editoras, e meu envolvimento com publicações científicas acabou encorajando-me a escrever um projeto para a Editora, a ser cumprido nos próximos dois anos." (CF)



Na avaliação de Jusamara o acesso aos livros é muito restrito

## Repórter do JU recebe menção honrosa no Prêmio ARI de Jornalismo 2002

A jornalista Eliana Raffaelli, do Jornal da Universidade, recebeu menção honrosa no Prêmio ARI de Jornalismo-2002, na categoria Reportagem Econômica, com a matéria "Modelo Econômico e Instabilidade Financeira Limitam Retomada de Crescimento", publicada na edição de junho do jornal da UFRGS.

No texto premiado, Eliana aborda a turbulência registrada na economia brasileira durante o primeiro semestre do ano. Na época, em meio à emoção despertada pela Copa do Mundo, houve uma disparada do dólar, que atingiu uma das maiores cotações já verificadas durante o Plano Real, elevando o Risco-Brasil que chegou a ser classificado como o terceiro maior do mundo.

Os efeitos dessa instabilidade se espalharam por diversas áreas da economia, prejudicando o desempenho da indústria e do setor de exportações, e contraindo ainda mais o mercado de trabalho. Na reportagem, Eliana destaca que esse conjunto de fatores negativos poderia limitar o crescimento previsto para o ano de 2002, quando se esperava ainda maior agitação no mercado, devido à proximidade da eleição presidencial, quando as primeiras pesquisas de opinião já indicavam uma possível vitória do candidato de oposição, Luiz Inácio Lula da Silva.

Eliana Raffaelli recebeu a menção honrosa no dia 19 de dezembro, no salão nobre da sede administrativa do Banrisul, patrocinador do prêmio que vem sendo concedido há 44 anos pela Associação Riograndense de Imprensa.



Wrana Panizzi, Maria Helena Steffani e José Hennemann

de instrumentos de observação e estrelas de diamante, questão aprofundada pelo atual diretor do observatório da UFRGS, Kepler Oliveira Filho.

Quanto aos desafios a enfrentar, Maria Helena destaca a necessidade de manutenção do prédio, reparos no pátio e renovação do equipamento que, assim como o Planetário, já tem 30 anos. A partir das reformas na parte interna do prédio, será possível montar exposições permanentes e interativas. Também faz parte dos planos iniciais a recuperação do relógio de sol e da rosa dos ventos no calçamento interno. Eles terão seu uso intensificado através de oficinas com orientação diurna e noturna, prevê a nova diretora.

Atualmente o Planetário oferece programação para o público infantil e adulto aos domingos, às 16h e 18h, respectivamente. De terça a sexta-feira, de manhã e à tarde, há apresentações para grupos escolares. As reservas devem ser feitas através de ofício da escola, especificando: dia da visita, horário da sessão, número de visitantes, valor total a ser pago no dia do programa. Adultos pagam R\$ 5,00, crianças e idosos pagam R\$ 2,50.

## Eloy Garcia é professor emérito da UFRGS

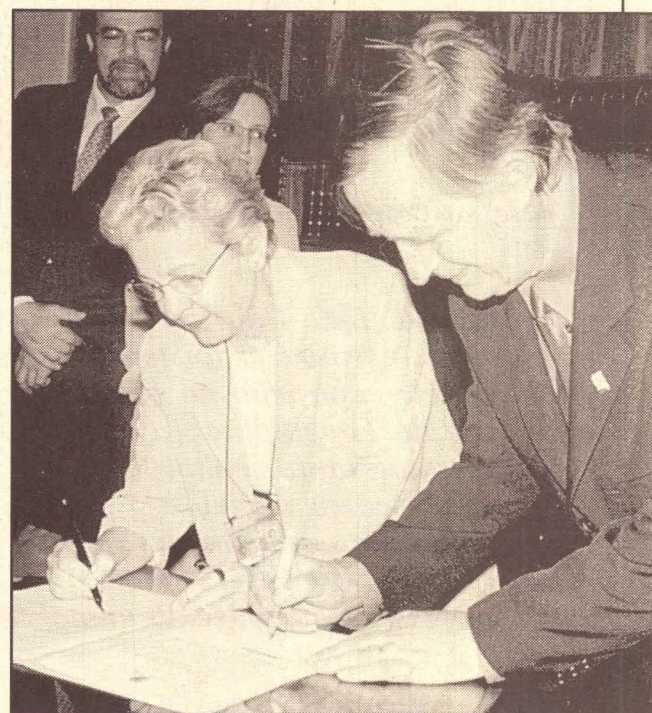
No dia seis de dezembro, Eloy Julius Garcia foi agraciado com o título de professor emérito. Conforme depoimento de ex-colegas e alunos, a homenagem vem destacar a importância de Garcia para o surgimento e desenvolvimento da área da Medicina Nuclear no Rio Grande do Sul e sua participação na administração da UFRGS. A solenidade realizou-se na Sala dos Conselhos com a presença da reitora Wrana Maria Panizzi que salientou os relevantes serviços do professor Garcia ao ensino superior, à pesquisa e à extensão, bem como pela vasta contribuição ao aperfeiçoamento institucional da Universidade.

Formado em Farmácia pela UFRGS, em 1952, buscou aperfeiçoamento na área de Biofísica, especializando-se em Metodologia de Radiotraçadores na UFRJ, então Instituto de Biofísica da Universidade do Brasil. Quatro anos depois, voltou à Universidade como primeiro auxiliar de pesquisa, quando foram criados, respectivamente, o Instituto de Pesquisa Biofísica da Faculdade de Farmácia e o Instituto de Fisiologia Experimental da Faculdade de Medicina. Seu doutorado o levou à titularidade da Cátedra de Física Médica, tendo sido pioneiro ao introduzir e desenvolver disciplinas de radiobiologia, radioquímica, radiofarmácia e medicina nuclear na UFRGS.

Nas funções administrativas também demonstrou grande desempenho. Foi o primeiro Diretor-presidente da Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1994. Entre vários cargos, ocupou as funções de pró-reitor de Graduação (1980) e de diretor do Instituto de Biociências por duas vezes.



Eloy Garcia



Wrana Panizzi e Círio Simon

## Mais de 3 mil alunos participaram do XIV Salão de Iniciação Científica

Mais de três mil trabalhos foram inscritos para o XIV Salão de Iniciação Científica (SIC) da UFRGS, realizado de 02 a 06 de dezembro, na Escola Superior de Educação Física. Desse total, 943 eram provenientes de outras universidades, número que tem aumentado a cada ano, um crescimento de 73% em comparação a salões anteriores. Outro destaque desta edição, segundo a vice-pró-reitora de pesquisa e organizadora geral do Salão, Marininha Aranha Rocha, foi a intensa presença de adolescentes de escolas de ensino fundamental e médio, que participaram de atividades especialmente organizadas para eles.

Tal sucesso do Salão deve-se tanto à criação de um espaço para divulgação do trabalho de jovens pesquisadores quanto à possibilidade do intercâmbio de informações entre universidades brasileiras e também do Mercosul. Junto ao SIC, realizou-se a XI Feira de Iniciação Científica (FIC) que reuniu investigações em inovação tecnológica, com resultados possíveis de ser comunicados de forma direta e interativa.

Logo que termina um Salão o próximo já começa a ser preparado. No início de cada ano, a Pró-reitoria de Pesquisa (Propesq), setor executor do evento, divulga em sua página na Internet a ficha de inscrição. O aluno escolhe uma das oito áreas de conhecimento para inscrever sua pesquisa. Essas áreas são definidas a partir dos critérios do CNPq. Depois, a comissão organizadora, integrada por professores de diferentes unidades e representantes docentes, avalia e agrupa os trabalhos por temáticas. Todo esse material é publicado no Livro de Resumos, disposto conforme as áreas de conhecimento dentro de temáticas diversas.

Mas Marininha faz questão de frisar que o Salão é todo feito pelos alunos. "como um grande laboratório". Eles participam desde o momento inicial de elaboração da identidade visual do evento até o corre corre de última hora. Eles trabalham em várias frentes como monitores, produtores do vídeo do salão e no setor de informática. Mesmo a solenidade de abertura contou com a apresentação dos estudantes do Instituto de Artes, através do Quarteto Saxofone.



A abertura contou com a participação dos estudantes do Instituto de Artes, através do Quarteto de Saxofone

### VENCEDORES 2002

◆ **Prêmio XI Feira de Iniciação Científica da UFRGS:**  
Olavo Ramalho Marques  
UFRGS

◆ **Menções Honrosas da Feira:**  
Alessandra Antunes Vargas  
UFRGS  
Vanessa Souza da Silva  
Universidade Católica de Pelotas

◆ **Prêmio Jovem Pesquisador da UFRGS:**  
Ciências Exatas e da Terra:  
Tatiana F. Azevedo de Vargas  
UFRGS  
Ciências Biológicas:  
Mario Luiz Conte da Frota Junior  
UFRGS  
Engenharias:  
Hugo Leonardo Rocha Alves  
UFRGS  
Ciências da Saúde:  
José Miguel Silva Dora  
UFRGS  
Ciências Agrárias:  
Fernanda Junges Frantz  
UFRGS  
Ciências Sociais e Aplicadas:  
Mariana Souza Pargendler  
UFRGS  
Ciências Humanas:  
Vera Regina Rodrigues da Silva  
UFRGS  
Linguística, Letras e Artes:  
Paula Biegelmeier Leão  
UFRGS

## Novo diretor quer pós-graduação no Icta

Aos 35 anos de idade o doutor em bioquímica (1994) Adriano Brandelli, assumiu a direção do Instituto de Ciência e Tecnologia dos Alimentos (Icta). Em continuidade ao trabalho iniciado na gestão anterior, em que participou como vice-diretor, Brandelli, encaminhará em janeiro à Câmara de Pós-graduação da UFRGS o projeto de implantação do programa de pós-graduação do Icta, há muito esperado pelos docentes do Instituto.

Desde 1996, o novo diretor leciona bioquímica dos alimentos e, mais recentemente, orienta pós-graduandos da Veterinária e Agricultura. Depois de cursar Química Industrial na UFRGS, em 1985, ele retornou à Universidade em 1994 como professor bolsista recém-formado, após ter concluído doutorado em Buenos Aires.

Para Brandelli, a criação do PPG do Icta é importante para sanar um dos atuais problemas do curso de Engenharia dos Alimentos: a falta de candidatos com graduação necessária na área para prestar concurso público. Relativamente novo, apenas 36 anos, este curso começou voltado, basicamente, para a pesquisa e a análise de alimentos. A partir da década de 90, aumentou a procura e passou a faltar docentes, hoje num total de 17 professores.

Segundo o novo diretor, esse número é insuficiente para atender uma demanda que não se restringe aos alunos do Icta. Cursos como Agronomia, Química, Farmácia e Nutrição oferecem em seus currículos disciplinas ministradas pelos professores do Instituto. "Só com o ingresso de novos docentes este problema será resolvido."

Além desta questão, existem outros desafios administrativos. Para Brandelli, a redução da verba repassada pelo governo às universidades, afeta imediatamente o gerenciamento diário das unidades. A necessidade de priorizar a aplicação de verbas tão escassas afeta o ambiente de trabalho. É preciso decidir entre comprar o material de limpeza, o de escritório ou o usado na prática docente.

Neste sentido, ele destaca a importância das verbas provenientes do trabalho de análise de alimentos desenvolvido pelo Icta junto a clientes de fora da Universidade. "Mais de 50% dos nossos recursos vêm daí", revela o novo diretor. Ele diz que o estreitamento das relações com o terceiro setor deve aumentar no Icta. Através de atividades de extensão de incubadoras tecnológicas, o professor pretende chamar empresas para uma parceria com a pesquisa na Universidade. (JCS)

## Liberdade para criar e cidadania são metas de Círio Simon para o IA

Círio Simon é o novo Diretor do Instituto de Artes. Ele assume para uma gestão que pretende ser coerente com a ideia de cidadania junto aos estudantes, professores e funcionários. Na sua opinião, isso é possível quando são dadas condições para que todos possam criar com liberdade e a formação dos alunos vise o desenvolvimento de uma visão crítica da sociedade e das condições humanas de existência.

"Não podemos ser uma ilha de excelência", diz o novo diretor ao definir a atuação do IA na elaboração de uma pauta de discussão interna de promoção da arte e da cultura na comunidade. Além da direção do Instituto, que assumiu em novembro deste ano, ele também integra o Conselho Estadual de Cultura, representando os artistas plásticos.

Mesmo considerando ter sido mero acidente sua eleição para o cargo, Simon tem muita familiaridade com a história do Instituto de Artes devido ao tema de sua tese de doutorado. São mais de cinco mil e quinhentas páginas que resgatam o período em que a IA tinha autonomia administrativa e econômica (1908 a 1962). Ele lamenta que hoje as unidades tenham que recorrer a fundações para suprir a falta de verbas.

A relação de Simon com a UFRGS começou em 1958 quando passou no vestibular para Artes Plásticas. Depois disso, lecionou artes na escola de segundo grau Cândido José de Godoy, de 1979 a 1985, ano em que retornou para a Universidade como professor de história da arte. Dois anos depois, fez concurso e foi efetivado como titular da disciplina.

Hoje, com quase 50 anos de docência, Simon chega à direção do IA com propósitos claros quanto à necessidade de formar artistas que "procurem sua competência individual, independente da imposição das máquinas contemporâneas ou de possíveis catástrofes sociais." (JCS)

## Esef assina convênio para incentivar prática de tênis

A Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEF) assinou convênio com a Associação Leopoldina Juvenil (ALJ), em Porto Alegre, para incentivar a prática de tênis, tanto em âmbito local, quanto regional e nacional. Serão desenvolvidos quatro programas com escolas, usuários de cadeiras de roda, terceira idade e tênis olímpico.

O trabalho será desenvolvido nas quadras da ESEF, que receberão melhorias e manutenção por parte da ALJ durante os dois anos de convênio. Quem coordena o programa é o professor da Escola, Carlos Balbinoti, e as aulas serão ministradas por um instrutor da Associação.

Além de ampliar a integração da UFRGS com a comunidade, através da oferta de prática esportiva orientada, os alunos da pós-graduação poderão usar como laboratório de pesquisa algum dos módulos. Também os graduandos participarão do convênio como monitores voluntários ou bolsistas.

Cerca de 200 alunos de escolas públicas terão aula em quatro quadras oficiais de tênis, uma vez por semana, com duração de uma hora. Os alunos selecionados receberão do município o vale transporte e a Universidade cederá raquetes e bolinhas.

Aproveitando o já existente Centro de Recreação e Lazer do Idoso (Celari), desenvolvido pela ESEF, o tênis será mais uma opção oferecida. Mais de 100 pessoas de terceira idade já praticam diferentes modalidades esportivas sob a orientação de profissionais e alunos da Escola.

Como forma de ampliar ainda mais o público beneficiado, o convênio inclui o tênis em cadeira de rodas, modalidade mundialmente difundida. Dentro deste projeto será utilizada verba procedente do governo do Estado para a aquisição de cadeiras de roda especiais para a prática esportiva.

Mas o módulo de maior repercussão, segundo o coordenador do convênio, será o tênis olímpico 2008 pois seu objetivo é treinar a equipe da ALJ. Serão cerca de 12 a 16 jovens até 18 anos que farão treinamento diário com o acompanhamento do Centro de Excelência Esportiva (CENESP).



# Todas as mulheres de Fahrion

● JACIRA CABRAL DA SILVEIRA  
Jornalista

**O olhar de João Fahrion sobre o universo feminino foi tema de recente exposição na galeria de arte da Leopoldina Juvenil. Ele retratou tanto senhoras da sociedade como modelos sensuais que posavam durante suas aulas na UFRGS, onde foi professor por quase 30 anos**

Na Porto Alegre dos anos 30, que vive a modernidade na arquitetura e nos encontros de intelectuais na Rua da Praia, surge a Revista do Globo. E o artista plástico João Fahrion participa ativamente da constituição do perfil feminino da época, com ilustrações nas capas da revista. As belas de Fahrion surgem num contexto ambíguo entre os novos ideais feministas e o papel doméstico da mulher. Ele as pinta ou desenha e elas perpetuam sua assinatura na arte gaúcha do início do século 20.

Algumas dessas figuras centralizaram a exposição *Fahrion, um olhar sobre o universo feminino*, que a Galeria de Arte da Associação Leopoldina Juvenil apresentou em novembro e dezembro. Capas da revista estavam logo à entrada. Na sala reservada à exposição, 35 trabalhos de diferentes períodos evidenciavam a "preferência pelo retrato feminino e sua maestria em compô-lo", como observa a curadora do evento, Maria Amélia Bulhões, professora do Instituto de Artes da UFRGS.

Para ela, os retratos de Fahrion registram a condição feminina em uma sociedade conservadora através de uma mulher ao mesmo tempo sensual e contida. A coordenadora da exposição, Vera Schneider Santos, também ressalta esse aspecto. O olhar das retratadas, moças e senhoras da sociedade gaúcha, não é triste, como pode parecer, mas denota o traço submisso da época. Já as moças contratadas pelo Instituto Livre de Belas Artes (depois Instituto de Artes), onde Fahrion foi professor de desenho com modelo vivo por quase 30 anos, até 1966, "parecem mais ousadas e sensuais", diz Vera.

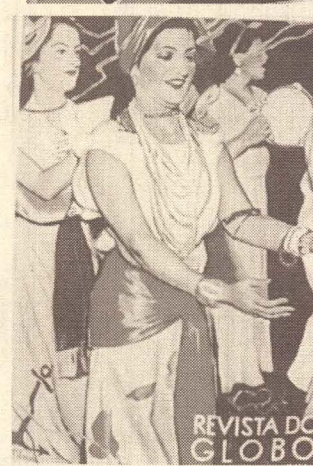


**O Julgamento. Óleo sobre chapa de duratex, de 1959. Coleção particular**

Durante seu tempo de professor, o artista pintou muitos afrescos e murais. Alguns podem ser vistos na Sala João Fahrion, no segundo andar do prédio da Reitoria. Para 2003, está prevista a restauração desses afrescos. Segundo a Secretaria de Patrimônio Histórico da Universidade, o processo está em fase de contratação de técnicos especializados. A presença do artista em meio aos estudantes e professores também pode ser percebida no oitavo andar do Instituto de Artes, em azulejo e concreto.

Embora a maioria das obras da exposição pertença a coleções particulares, há muitas que podem ser visitadas em espaços públicos, como o Centro Cultural Aplub, que emprestou quatro trabalhos — entre eles o desenho *Bailarinos/1930*, que denota a forte presença do movimento *Art-déco* na fase inicial de desenhista. Os trabalhos de Fahrion também podem ser apreciados na Pinacoteca Aldo Locatelli, da Secretaria Municipal da Cultura; no Margs; no Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano; e no museu da UFRGS.

No âmbito nacional, há quatro trabalhos no Museu Nacional de Belas Artes, do Rio de Janeiro, dois deles prêmios de Aquisição (1950 e 1953). Não existem obras de Fahrion à venda. Mesmo assim, segundo Vera, estariam avaliadas na faixa dos R\$ 50 mil. Raul Fahrion, filho de seu único irmão, é quem detém o maior acervo. Com ele estão, entre outros, os retratos da mãe e da cunhada, revelando não as "belas de Fahrion", mas as mulheres que tiveram forte presença em sua vida íntima.



Capas criadas para a Revista do Globo

REVISTA DO GLOBO

ANNO III

NOV 11

1930

1930

1930

1930

1930

1930



**Óleo sobre tela colada sobre madeira. Sem título e sem data. Coleção particular**

## A intimidade do mestre era povoada por gatos e contos fantásticos

João Fahrion era um leitor contumaz. Frequentava a Livraria Kosmos, na Rua da Praia, onde comprava revistas e livros nacionais e importados. O sobrinho do artista, Raul Fahrion, lembra das brincadeiras com o tio quando este evocava seus personagens preferidos retirados de contos fantásticos, um de seus gêneros prediletos. Autores como Ernest Theodor Amadeus Hoffmann (1776-1822), alemão precursor do moderno conto de terror, encabeçavam a lista. Entre as recordações de Raul está a personagem Coppelia.

Suposta filha de um excêntrico fabricante de bonecas e paixão de um jovem chamado Franz, Coppelia é na verdade uma linda boneca mecânica, posta todo o dia na janela por seu criador. Fahrion chegou a pintar sua interpretação de Coppelia e dá-la de presente ao sobrinho. A paixão por Hoffmann também aparece em contos como *O homem de Areia*, no qual o personagem Nathanael se apaixona obsessivamente por Olympia e entra em surto ao descobrir que ela é apenas um autômato.

Embora Olympia não tenha inspirado Fahrion a produzir uma obra, também faz parte do imaginário feminino que o levou a retratar tantas mulheres e integra literariamente os dramas existenciais vividos por ele desde a infância. Assim como Nathanael, que retorna à sanidade junto à família, Fahrion se recuperava de suas crises ao lado da mãe, com quem viveu até 1946, ano da morte dela. A partir daí, passa a morar com o irmão, a cunhada e Raul, único filho do casal.

Na memória de Raul, desses momentos ficou também a intensa produção do tio após cada crise, quando pintava até a exaustão. "Ele não gostava de ser perturbado durante o trabalho". Quem garantia a privacidade de Fahrion era o gato Mique, um angorá com quem conviveu durante 12 anos e que ficava deitado à porta do ateliê. O artista chegou a ter treze gatos, todos recolhidos da rua. O sobrinho lembra que às vezes era preciso dar sumiço em alguns, sem que o tio ficasse sabendo. Mas Mique foi o único que mereceu uma tela, também presenteada a Raul.

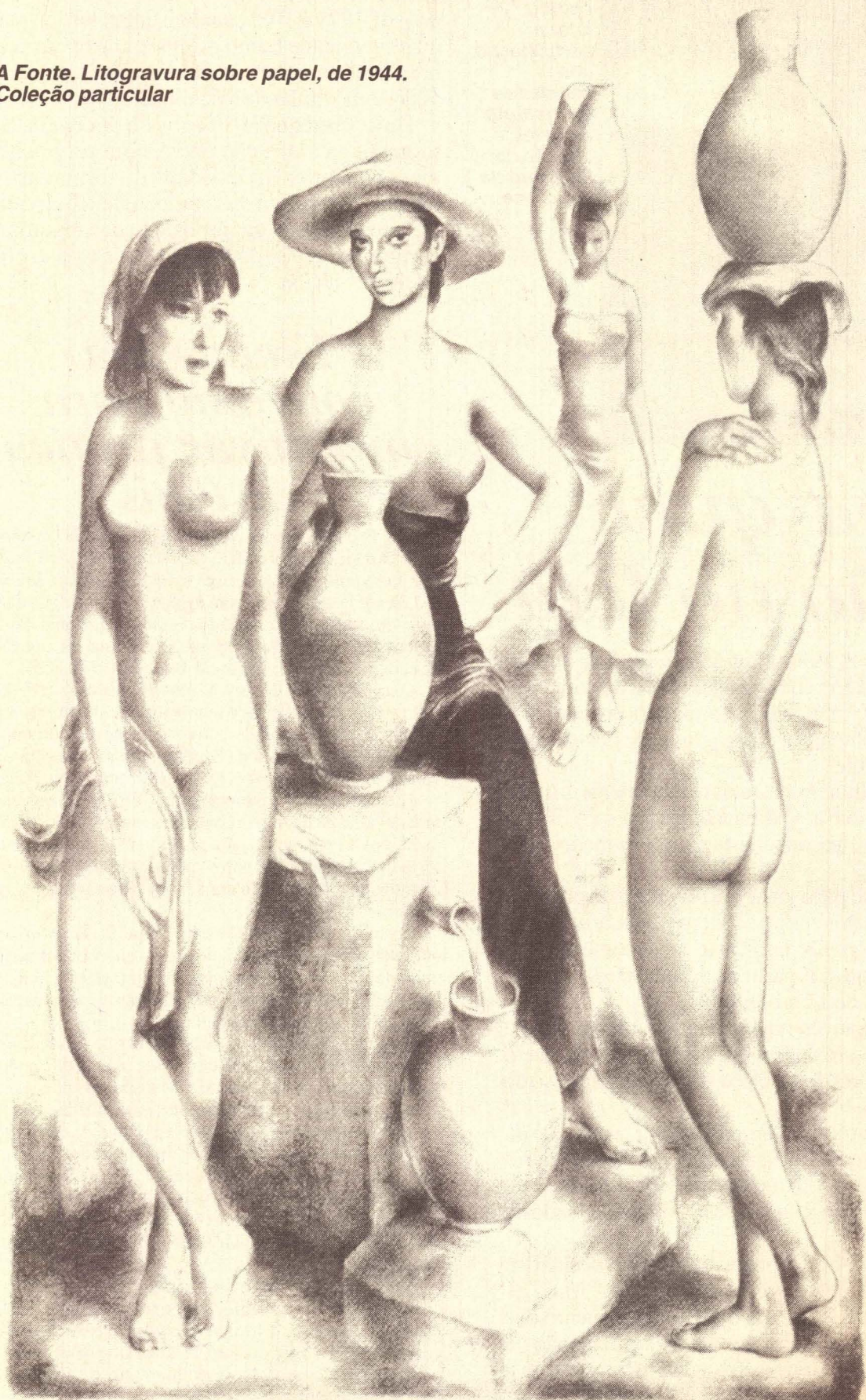
Na provinciana Porto Alegre dos anos 50/60, a condição de saúde e os hábitos "excêntricos" de Fahrion sempre foram tratados como tabu. É difícil obter-se informações sobre ele nos poucos registros da imprensa da época. E mesmo em referências bibliográficas atuais, como o *Dicionário de Artes Plásticas no Rio Grande do Sul*, da Editora da Universidade (1997), o verbete é sucinto. A falta de informações foi uma das dificuldades enfrentadas pela curadora da exposição no Leopoldina Juvenil, Maria Amélia Bulhões.

Mas a promotora da mostra, Vera Schneider Santos, que integra o círculo de amizades da família de Fahrion, ensaia algumas revelações. Ele teria se apaixonado por uma mulata, que atuava como modelo no Instituto de Belas Artes. Por oposição da família, o romance não aconteceu. Vera conta que o artista só foi casar no leito de morte, com a viúva do irmão. Ele queria que a cunhada recebesse pensão, da Universidade. Era uma forma de retribuir os 24 anos de dedicação e cuidados dela com sua saúde, ocupação antes desempenhada pela mãe.

Fahrion morreu em 1970, aos 72 anos, já bastante debilitado. Depois de aposentado compulsoriamente da Universidade, em 1966, ele ainda costumava frequentar o Instituto de Artes para observar os alunos e colegas em suas atividades. Como sempre, permanecia bastante calado. A arquiteta Alice Loforte, que foi sua aluna na década de 50, recorda o professor elegante, à moda inglesa, com um temperamento tímido e solitário. "Era um professor perfeito", comenta.

Segundo Alice, embora Fahrion se detivesse junto a aqueles que revelavam dom especial, atendia a todos com interesse. Também era muito organizado. Não permitia que ficasse um único papel no chão e, ao final da aula, ou de alguma pintura, sempre limpava os pincéis antes de guardá-los, arrumando cuidadosamente as bisnagas de tinta na maleta. Durante as aulas, costumava caminhar entre as pranchetas e fazer esboços das alunas distraídas. Alice tem vivo na memória o olhar do mestre, que parecia atravessar as pessoas. "Seus olhos não fixavam o mundo, mas distâncias infinitas."

**A Fonte. Litogravura sobre papel, de 1944. Coleção particular**



# Programa Unicultura completa 21 anos

● **ADEMAR VARGAS DE FREITAS**  
Jornalista

**O Unicultura, programa desenvolvido pelo Departamento de Difusão Cultural da Pró-reitoria de Extensão da UFRGS, começou com o Projeto Unimúsica, em 1981. Hoje abriga diversos projetos freqüentados por grandes nomes da cultura estadual e nacional. A história do mais importante programa cultural já realizado por uma universidade pública brasileira está sendo contada em livro ilustrado que contém um CD.**

Ao contrário do que costuma acontecer com muitos projetos culturais no Brasil, o Programa Unicultura se mantém atuante, embora com uma interrupção, ao longo de 21 anos. Sua história está sendo contada no livro "Unicultura", que traz acoplado o CD "Violões Brasileiros", com os violonistas Turbío Santos, Guinga, Ulisses Rocha, Yamandú Costa e Daniel Sá, e participação especial de Renato Borghetti na gaita ponto, gravado durante o espetáculo que reuniu o grupo no palco do Salão de Atos da Reitoria em setembro passado.

A obra foi lançada no dia 19, no Museu da UFRGS, instalado num dos três prédios históricos recuperados este ano com a contribuição da comunidade. E os primeiros exemplares foram distribuídos pela reitora Wraha Maria Panizzi. "Unicultura" tem 80 páginas em formato de álbum e tiragem de mil exemplares.

Nesse livro, a história do Programa Unicultura é contada em linguagem informal, seguindo uma linha de tempo que encaminha para um depoimento, uma imagem, uma logotopia ou um cartaz. Foram escolhidos determinados pontos e imagens e acrescentaram-se depoimentos de 21 artistas e personalidades que participaram dos projetos e três artigos que refletem a importância da promoção da cultura pela Universidade. Esses artigos foram escritos pelos professores Edson de Souza (UFRGS), Renato Janine Ribeiro (USP) e Miguel Rojas Mix, diretor do Centro Extremeño de Estudios y Cooperación com Iberoamérica, da Espanha.

A pesquisa, o texto e a edição do livro foram desenvolvidos pela programadora cultural do Departamento de Difusão Cultural Lígia Petrucci e pela jornalista, pesquisadora e programadora de cinema Fatimarlei Lunardelli. Lígia acompanha o programa desde o início e vem coordenando o Unicultura desde 1998, com uma interrupção. O projeto gráfico é do designer Alex Medeiros, bacharel em Artes Plásticas pelo Instituto de Artes (IA), que inspirou-se nos cartazes do Unicultura, elaborados desde 1998 a partir de trabalhos de artistas da própria Universidade.

Essa idéia de aproveitar os "talentos da casa" já deu espaço para divulgar os trabalhos da artista plástica Rosâne Vieira, dos artistas plásticos e professores do IA Rodrigo Nuñez e Alfredo Nicolaievsky, do fotógrafo e coordenador do Núcleo de Fotografia da Fabiano Mário Bitt-Monteiro e do artista plástico Eduardo Vieira da Cunha, também professor do IA.

De acordo com a diretora do Departamento de Difusão Cultural e do Museu da UFRGS, Cláudia Boettcher, o livro, resgata uma história que estava sendo esquecida. Cláudia acredita que a UFRGS é uma das poucas universidades que proporcionam a seus alunos uma vida universitária no sentido amplo da palavra. E aponta a cultura como a grande ferramenta dessa interação. "Fazemos um trabalho sério, consciente, elaborado e de muita qualidade. O livro registra parte dessas ações, pois não se está falando de outras atividades culturais, como o Projeto 12 e 30, as parcerias musicais e a programação cinematográfica da Sala Redenção."

CLÁUDIA BOETTCHER

## "Cultura não se vende"

A diretora do Departamento de Difusão Cultural destaca a visão do criador do Projeto Unimúsica, origem do Programa Unicultura. Ela considera que a vida cultural que o professor Ludwig Buckup, pró-reitor de Extensão no início dos anos 80, implantou na UFRGS foi algo audacioso e inédito nas universidades federais. Já previa uma sala de teatro, uma sala de cinema, um museu universitário, que hoje são realidade. "Nosso desafio é manter essa vida cultural, e isso está nas nossas mãos. Como está nas mãos da comunidade universitária viver a cultura que a Universidade lhe proporciona e que muitas vezes não é devidamente percebida."

Segundo Cláudia Boettcher, os artistas que se apresentam atualmente no Unicultura – e que já têm uma trajetória, não são mais alunos como na época em que o programa começou – destacam a importância de se apresentar no ambiente universitário. "A Universidade não visa lucro, não vende nenhum produto, seu objetivo é promover a cultura sem um fim."

Cláudia explica que o Uniarte, o Univídeo, o Unifoto e outros projetos do Programa Unicultura podem ser contados através de palavras e imagens, mas com o Unimúsica isso fica um pouco difícil, apesar dos depoimentos de músicos que participaram do projeto. Então, surgiu a idéia de gravar um CD.

### MUITOS VIOLÕES

Nos últimos cinco anos, o Unimúsica privilegiou o violão ao trabalhar com profissionais de notória qualidade artística mas que estão fora do circuito comercial. Assim, era natural que se reunissem violões no CD. De acordo com a diretora do Museu da UFRGS, Turbío, Guinga, Ulisses, Yamandú, Daniel e Borghetti se doaram ao projeto: com apenas uma ajuda de custo, ficaram três dias gravando em estúdio e ainda fizeram um espetáculo que lotou o Salão de Atos: mais de 2.000 pessoas para 1.310 lugares. "Investimos no ineditismo, foi um encontro de amigos, marca do Unimúsica desde sua criação", diz Cláudia.

"Violões Brasileiros" é o quarto CD produzido pelo Departamento de Difusão Cultural. A gravação exigiu um trabalho diferente do que foi feito para gravar os CDs anteriores, especialmente no que se relaciona aos direitos autorais dos artistas. O primeiro CD, "Sons e Tons", continha músicas selecionadas em um concurso para alunos da Universidade. O segundo, "Pedra Mística", trazia composições de um único autor, o professor e maestro Antônio Carlos Borges Cunha, que detém os direitos autorais. E o CD "Encontro de Coros" não apresentou problemas pois só continha músicas de autores já falecidos.



O Unimúsica abriu a extensão universitária para a cultura e agora é um projeto da cidade

## Tudo começou com o Unimúsica

Para contar a história do Programa Unicultura é necessário começar pelo Projeto Unimúsica, que fez a primeira apresentação em 27 de março de 1981. No começo, os espetáculos eram realizados semanalmente, e cada apresentação exigia montagem e desmontagem do palco no Salão de Festas. Aos poucos foram se juntando outros projetos, como o Unidança, o Unicena e o Unifilme, criados em 1983, caracterizando já um programa.

Essa rotina foi interrompida em 1984, quando o reitor Luiz Francisco Ferraz criou o Centro Cultural, que passou a coordenar as atividades artísticas no Campus Central e no Campus da Saúde. O Unicultura foi retomado em 1988, com nova roupagem. Ao todo são 12 projetos, sendo oito permanentes (Unimúsica, Unifilme, Unicena, Unidança, Univídeo, Unidéia, Uniarte, Unifoto) e quatro esporádicos (Unilivro, Unimuseu, Unicência e Uniarq). Todos sofreram modificações ao longo do tempo, acompanhando as mudanças na vida cultural de Porto Alegre e da própria Universidade.

### UNIMÚSICA 21

Cada edição do Unimúsica é montada especialmente para a ocasião. Este ano, as apresentações receberam a denominação especial de Unimúsica 21. Em maio veio o saxofonista carioca Juarez Araújo, que se apresentou junto com o tecladista gaúcho Geraldo Flach, com a participação do crítico de música Zuza Homem de Melo.

Em julho apresentou-se no palco do Salão de Atos o pianista Jovino Santos, que durante 15 anos acompanhou Hermeto Paschoal e mora atualmente nos Estados Unidos. Ele se apresentou junto com o flautista gaúcho Pedro Figueiredo e banda.

Em agosto veio a violonista mato-grossense Helena Meireles. Essa artista, que desenvolve uma carreira peculiar, incluiu-se na proposta de trazer a Porto Alegre grandes instrumentistas brasileiros que não são muito conhecidos do grande público.

Em setembro ocorreu o encontro de violões que deu origem ao CD encartado no livro. O gaitero gaúcho Renato Borghetti foi convidado a integrar o grupo devido a sua importância na música regional e por ter participado de um espetáculo histórico, junto com Turbío, quando tocaram Villa Lobos.

### AO AR LIVRE

O ciclo anual encerrou-se em grande estilo com uma programação especial no dia 12 de dezembro: um espetáculo de percussão ao ar livre. No palco montado junto ao espelho d'água do Parque Farroupilha, se apresentaram o percussionista carioca Marcos Suzano, os percussionistas gaúchos Fernando do Ó e Giovani Berti, e um grupo de alunos, professores e técnicos da UFRGS, que durante o ano freqüentaram oficinas de percussão com Fernando, no Campus Central e no Campus do Vale. Marcos Suzano também promoveu uma oficina aberta à comunidade, de 9 a 13 de dezembro, na Sala João Fahrion.

## Alimento da alma

ULISSES ROCHA\*

Entendo a cultura como alimento da alma, e nessa condição, indispensável ao desenvolvimento da pessoa e, por decorrência, da sociedade. Como alimento, deve ser tratada com o devido carinho e atenção, pois se infectada pode causar males irreparáveis às nossas mentes.

Seguindo nessa linha de pensamento, lembro-me dos almoços na casa dos pais, com os pratos prediletos à mesa e a certeza de que ali estavam servidas algumas variações do que defino como amor de mãe. Nada contra lanchonete ou carrinho de cachorro-quente, mesmo porque há momentos em que não nos restam alternativas, mas vamos e venhamos, não dá para comparar.

Com a cultura acontece a mesma coisa. Quadrinhos, revista de fofoca, reality shows, dança disso e daquilo, têm sua função, mas sinto muita falta das opções mais substanciais, que realmente alimentam sem aquele excesso de tempero que tenta dar alguma graça ao que não tem sabor.

Não há cultura sem fomento, e é aí que entra em cena a Universidade, principal reduto de desenvolvimento intelectual e científico, berço de pensamentos, discussões e movimentos que determinam as feições de uma geração.

A UFRGS é um exemplo de responsabilidade e amor em relação ao futuro intelectual do país, pois há 21 anos vem se dedicando à manutenção da cultura nas suas mais variadas manifestações, incluindo música, dança, cinema, teatro, literatura e artes plásticas, desempenhando seu papel com excelência, destacando Porto Alegre com um dos mais importantes pólos culturais brasileiros.

Nascido em 27 de março de 1981, o Unimúsica, que inspirou todos os outros "Unis" assim como, Unidança, Unicena, Unifilme e Uniarte, atinge a maioridade e tem como festa de aniversário um show que, gravado ao vivo, transforma-se em presente – um CD.

No Salão de Atos, cinco violões e uma gaita ponto, um repertório improvisado, encontros inusitados e uma platéia de mais de 2.000 pessoas fizeram dessa apresentação um momento inesquecível, perpetuado na gravação, que mostra com toda transparência a atmosfera durante que se criou naquele momento. E, em nome do Guinga, Daniel, Renato, Yamandú e Turbío, digo que foi uma honra fazer parte de um evento tão bonito e importante. Parabéns Unimúsica! Muitas felicidades, muitos anos de vida.

\* Ulisses Rocha é violonista, participou da gravação do CD Violões Brasileiros e escreveu o texto de apresentação da obra.

## Do bastidor ao palco

Em depoimento publicado no livro "Unicultura", o diretor teatral Júlio Conte lembra que ele e seus colegas do Instituto de Artes costumavam encenar peças no Teatrinho do DAD e quando foram convidados a atuar no Unicena viram-se diante de um público de 800 pessoas, que participava e vibrava.

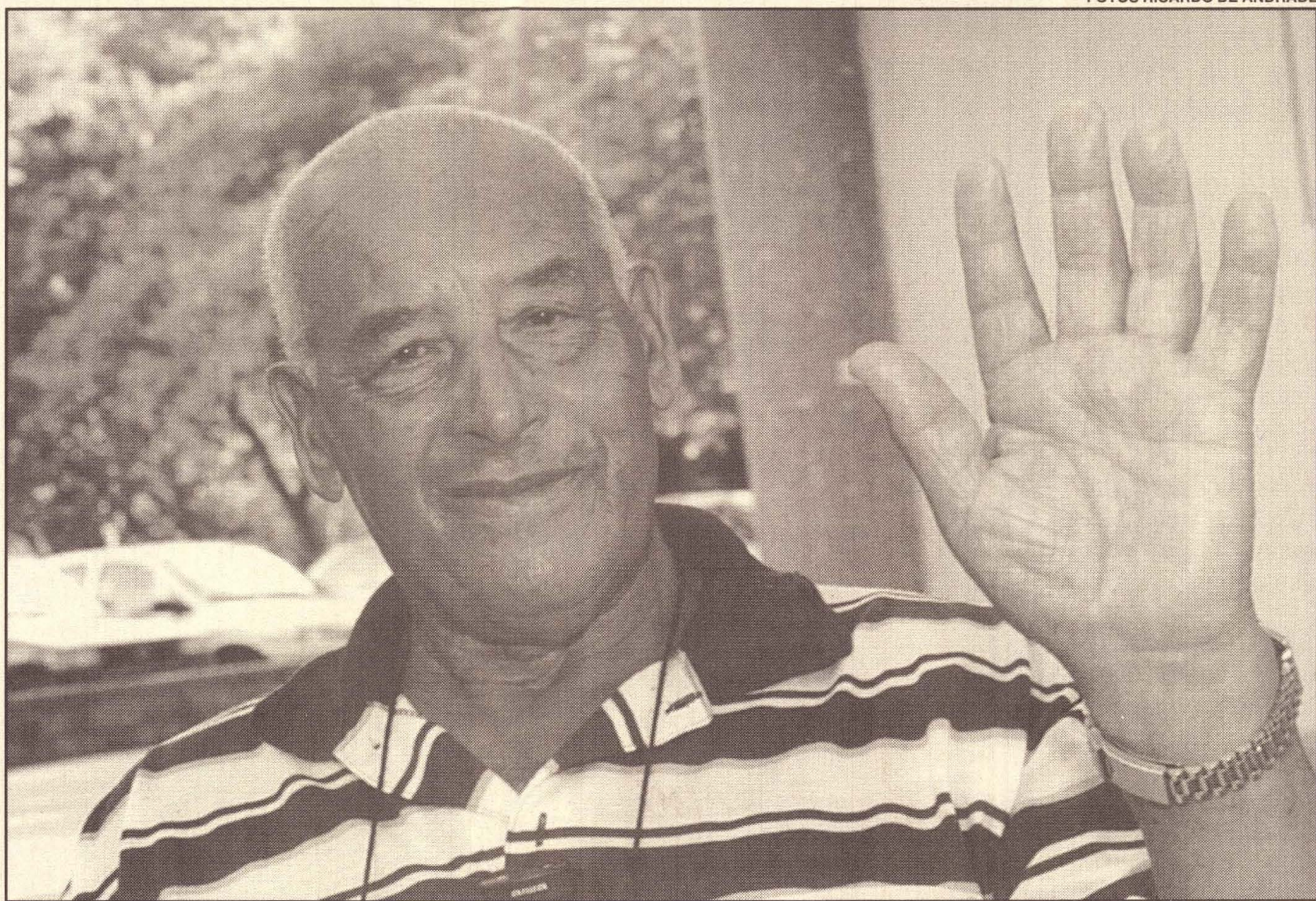
Também para o músico e ator Hique Gomez (famoso pelo espetáculo "Tangos e Tragédias", com Nico Nicolaiewsky), o Unimúsica teve grande importância: sua estréia na vida artística foi numa edição do Projeto, no palco armado no Salão de Festas. A jornalista Clarice Aquis-tapace, primeira programadora cultural do Programa, acrescenta que Hique era extremamente tímido e, até então, só se atrevia a participar nos bastidores.

Clarice diz em seu depoimento que a rotina de espetáculos que se criou na época fez com que as pessoas se acostumassem à vida cultural na Universidade. Nos anos 80, a comunidade universitária estava mais disponível. "Toda a sexta-feira, antes de ir para suas festas, os estudantes vinham escutar música na Reitoria."

# Orlando Centeno de Melo, o arremessador de martelo

●ADEMAR VARGAS DE FREITAS  
Jornalista

**Na mocidade, ele mesmo se via como "um armário". Acostumado ao trabalho duro desde a infância, Orlando fez muita força em diversos setores ao longo da costa oeste da Laguna dos Patos. Isso, antes de começar uma carreira de 40 anos como servidor da UFRGS. Era natural que, nas horas vagas, procurasse um esporte à altura: arremessar um martelo de vários quilos de aço a dezenas de metros de distância.**



FOTOS RICARDO DE ANDRADE

O esporte lhe proporcionou glórias e o levou a viajar. E vinte anos como porteiro na Faculdade de Arquitetura lhe renderam homenagens. Só as mulheres o tiraram do sério. Das tantas que cruzaram sua vida, duas lhe deram filhos, e uma voltou a viver com ele três anos atrás, levando-o a transferir-se para a Fronteira Oeste. Aos 76 anos, com safena e diabetes, e tendo vencido o cigarro, Orlando acha a vida bela. E não se assusta com distâncias largas. "Ah, querem me entrevistar? Eu vou aí." E atravessa o Estado, dez horas de ônibus, pra contar sua história.

Ele conta que nasceu à beira do Rio Camaquã, no dia 12 de dezembro de 1926, num lugar conhecido como Pacheca, que na época era o terceiro distrito de Camaquã, a poucos quilômetros de onde as águas do rio mais importante da Serra do Sudeste se lançam na Laguna dos Patos, formando um estuário. Na adolescência foi peão, carreteiro, domador e paleteador de sacas de arroz no cais de São Lourenço do Sul e de Arambaré. Serviu no 18º Regimento de Infantaria, em Pelotas, andou embarcado na laguna e ajudou a construir a ponte sobre o Rio Camaquã, no atual município de Cristal. Em Porto Alegre consentiu amortecedores, antes de trabalhar na Faculdade de Arquitetura e desenvolver sua carreira vitoriosa como atleta.

As datas e números estão sempre na ponta da língua. Começou a trabalhar na Universidade no dia 22 de abril de 1954, por intermédio de um certo Dr. Molinário, que era dentista e professor na Agronomia. Orlando: "Dr. Molinário, eu queria mudar de emprego". E o dr. Molinário: "Deixa, que eu vou te arrumar um". E arrumou: servente na Faculdade de Arquitetura, que ainda funcionava no Castelhinho, um dos 12 prédios históricos que a Universidade está restaurando com a ajuda da comunidade.

Antes disso, porém, Orlando já tinha alinhavado uma vaga na Prefeitura, administrada por Leonel Brizola. E agora? Com qual ficar? Na dúvida, foi procurar um amigo, que sopesou as áreas: "Municipal ou federal? Fica na federal." Ficou. E não se arrepende. "Fiquei. E não me arrependo. Encontrei muita gente boa e sempre procurei fazer o meu serviço condignamente. É importante cumprir com as obrigações."

Começou fazendo limpeza. Em seguida passou a auxiliar. E foi indo. Trabalhou como porteiro uns vinte anos. E foi indo. Até chegar a administrador, responsável pela segurança, limpeza e manutenção do prédio, inaugurado em 1957 pelo presidente Juscelino Kubitschek, de quem recebeu um aperto de mão. "Até me eletrificidade, às vezes, eu bancava o entendido. Elevador, eu nem chamava o Atlas: eu mesmo subia lá em cima e arrumava. De vez em quando, trancava. Trancou inclusive comigo. Dessa vez tivemos que chamar o Atlas."

## De noitezinha, arrumou a sacola

Quando Orlando tinha um ano de idade, o pai, Dorival Pereira, e a mãe, Maria das Dores Centeno de Melo, concordaram em entregá-lo a uma família para criar. "Meus pais me deram para a família Rodrigues, lá de Camaquã. Trabalhei em fazenda, em granja, cortando moirão, pique pra inverno. Quatro da madrugada já estava de pé."

Cansado dos maus tratos, abandonou a casa dos Rodrigues quando estava com 13 ou 14 anos. "Fugi, porque guri é muito arteiro, e eu era arteiro, não tinha dúvidas. Era daqueles que não levava desaforo pra casa, já queria peleia. Um dia, quiseram me surrar e eu disse: não, agora não."

Com sua faquinha marca Formiga, faquinha de guri, enfrentou o pai de criação. E quando o pai botou a mão no 38, Orlando teve uma luz: "Atira, atira que tu vai atirar num homem!" O pai olhou pra ele, recolocou o revólver na cintura, virou as costas e saiu. "Sabe duma coisa?", pensou Orlando. "Eu vou é m'embora." De noitezinha arrumou suas roupas numa sacola e se mandou.

Ter posto a perna no mundo, que para ele não passava de um trecho da margem ocidental da Laguna dos Patos, coberto por arrozais, foi um encontro e um desencontro. Ganhou o horizonte, mas se afastou daquilo que considerava uma família. "Sei que tenho muitos irmãos, mas não conheço. Me afastei de lá e nunca me interessei em procurar. Agora ando pensando nisso."

Ele lembra que, aos seis anos, tinha cinco irmãos por parte de mãe. Por parte de pai, sabe que teve tios que trabalhavam no Banco do Brasil, em Pelotas. E que um primo, chamado Ceci Pereira da Rosa, havia trabalhado no Engenho Pedro Osório, no Areal, também em Pelotas.

Ao deixar pra trás a vida do campo, renunciou também à única forma de amor sincero que tinha experimentado até então, o amor pelos bois, pelos cavalos, pelos cachorros. Tinha 14 anos, mas por dentro já era um homem. Só faltava acabar de se criar.

## EM ARAMBARÉ

Foi viver em Arambaré, ainda distrito de Camaquã, na beira da Laguna. "Foi lá que me criei. Em seguida, arrumei serviço. Trabalhei nos Monzer, uns alemão. Trabalhei na Navegação Becker, na Navegação Taquara, no Sibil, um castelhano muito bom patrão também, em Tapes."

Durante algum tempo, a vida de peão deu lugar à vida de marinheiro de água doce. Embarcou em Arambaré num iate de São Lourenço do Sul, que fazia a linha Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre. Foi marinheiro durante alguns meses. Desembarcou para servir o Exército, no 18º Regimento de Infantaria, em Pelotas. Queria lutar pelo Brasil na Segunda Guerra Mundial, mas quando se preparava para ir a Rio Grande embarcou como voluntário, a guerra terminou. "Ah! Me estragou. Aí voltei a trabalhar em Arambaré, no porto."

Por essa época, Orlando ouviu falar no serviço de terraplanagem para a construção da ponte do Cristal, sobre o Rio Camaquã. "Trabalhei três anos, três meses e 12 dias aí. Foi o tempo que levamos para construir os 680 metros de ponte, sobre o Camaquã. Fora a Ponte do Evaristo, em São Lourenço." Ele guarda boas lembranças do tempo em que foi funcionário da Stersul, revirando terra, colocando pedra, junto com centenas de companheiros.

Concluída a ponte, saiu da Stersul e veio para Porto Alegre, trabalhar com um húngaro chamado Sinezek, especialista em amortecedor de carros da marca Citroën. Na época, havia um período em experiência, e quando completei um mês, Orlando foi chamado no escritório. "Pensei: ih, sujou." Mas não, tinham chamado para dizer que ele havia sido efetivado, ganhando mais tanto por hora. "Pô, me levantou a minha moral."

Ficou nesse emprego uns oito meses, recuperando amortecedores, que ficavam como novos, o que lhe rendia mais em gorjeta do que em ordenado. Saiu de lá pra vir para Universidade.

## Aprendendo na escola da vida

As lides do campo, as lides do porto, o trabalho nos barcos e na terraplanagem ajudaram a desenvolver e dar forma ao corpo de um metro e oitenta. A altura, o peso, os músculos, a mão enorme, tudo de acordo com a formação do atleta que viria a ser, um campeão em lançamento de peso, a partir do convite de um amigo para treinar na Sogipa.

De estudo regular, pouco. "Estudei pouco, pouquíssimo. A escola que eu tenho é a da vida. Aprendi no relacionamento com o público, aqui na UFRGS e no esporte. O ambiente universitário trouxe um pouco de lustro ao peão-marinheiro-operário que ele foi. E o ambiente esportivo lhe garantiu a confiança e o reconhecimento que, como pessoa, sempre desejou."

"Em 1954 eu morava na Pensão Luz, na Rua Voluntários da Pátria, e tinha um rapaz muito camarada que me levou a praticar esporte na Sogipa, que ficava na Rua Alberto Bins." O técnico achou que ele poderia ser um arremessador. Saiu da Sogipa para o Inter. Quando fechou o Departamento de Atletismo do Inter, voltou para o Grêmio, retornando mais tarde ao Inter.

O martelo oficial para arremesso tem 7 quilos e 257 gramas, e o cabo tem 1,22 de comprimento. Todo de aço. "No campo do Grêmio, bati um recorde em competição: 58 metros com um martelo de 5 quilos. Em treinamento cheguei a fazer 70 metros com um martelo de 5 quilos. Uma loucura. Eu mesmo me abobei: não pode ser, tá errado. Vamos medir de novo."

Como atleta, Orlando viajou muito, tanto com o Inter como com o Grêmio. As delega-

ções geralmente era de 50 ou 60 pessoas. E nas viagens pela América do Sul aprendeu a se comunicar em espanhol. "Eu era requisitado pelo Conselho Nacional de Esportes, e procurava viajar sempre nas férias para não pedir licença do serviço."

Na prateleira guarda um Troféu da Federação Gaúcha de Atletismo como melhor atleta do ano de 1976. Também tem diploma de esporte assinado por João Havelange, na época era CBD, Confederação Brasileira de Desportos. Sua máxima: "A gente tem que estar pronto para perder, empatar ou ganhar."

Mas, cigarro não combina com esporte, nem com coração. Orlando só se deu conta disso quando sua saúde chegou a um ponto crítico e não deu mais pra continuar arremessando martelo como veterano. Em 1997 passou três meses internado no Hospital de Clínicas e agora traz no peito uma ponte de safena. "No bolso carrego um papel dizendo que sou safenado. Qualquer coisa, Clínicas em mim."

No mais, ele sempre foi saudável. Poucas vezes esteve hospitalizado ou caiu de cama. Uma vez por distensão muscular, quando trabalhava na Stersul. Outra por estar com 41 graus de febre, o que lhe custou muito caro: não pôde acompanhar a delegação esportiva em viagem à Europa. Atualmente, Orlando também sofre com diabetes. "Foi quando me aposentei que apareceu isso tudo. Apesar de que tive muitas contrariedades pessoais, muita incomodação." Quando ele fala em incomodação, quer se referir às mulheres que passaram por sua vida.

## As voltas que o mundo dá

Esas namoradas, seu Orlando? "Ah, bom, isso aí não dá pra contar, porque foram tantas. Meu currículo de viagem foi longo." Quantos filhos? "Filhos registrados tenho quatro. Tudo homem. Tem o Paulo, o Arioaldo, o Marco e o Israel. E cinco netos. Todos moram em Porto Alegre."

Ele casou aos 30 anos, de papel passado. Quando se separou, tinha dois filhos. Mais tarde, inventou de casar de novo, desta vez sem papel. Outra separação e mais dois filhos.

Depois teve um amor que durou 16 anos, do qual se separou por motivo banal, sem ter tido filhos. Também se separou da mulher que veio depois. "Era muito olho em cima da minha aposentadoria. Pensei: Sabe duma coisa? Não dá, não dá, cada um pro seu lado."

Nessa época, ele estava morando no Jardim Algarve, em Alvorada. Depois de ouvir, calado, uma porção de desaforos, saiu quieto e foi numa delegacia de polícia. "Comprovei que era casado e que ela estava me mandando embora. Me deram um papel, pra ela não alegar que eu tinha abandonado a casa."

E, como o mundo dá muitas voltas e, por incrível que pareça, às vezes a gente diz coisas que acabam se realizando, Orlando voltou a viver com aquela a quem havia deixado após 16 anos de vida em comum. Quando se separaram, Margarida Ayala Costa foi morar em Itaqui, no Fronteira Oeste, a cidade gaúcha mais distante da Capital.

Há três anos, Paulinho, filho de Orlando, descobriu o endereço dela e fez contato. Orlando vê a mão do destino nesse reencontro. "Eu me lembro que um dia eu disse para ela: 'Margarida, aconteça o que acontecer, o nosso fim ainda vai ser juntos'. E não deu outra. Ela é uma pessoa que me cuida. Está lá em Itaqui, mas está louca pra saber notícias minhas, saber como eu cheguei. Em seguida vou telefonar pra ela."

## EM PRIMEIRO LUGAR

"Recebi a medalha e subi no pódio, com o alto-falante chamando o meu nome. Foi um momento de glória, em 1976, no Campeonato Brasileiro de Atletismo, em Ipatinga, Minas Gerais. Os três primeiros lugares em arremesso foram conquistados por gaúchos. Eu tirei o primeiro lugar."

## CARINHO EM BOI

"Quando guri, eu tinha uma junta de bois zebus que puxavam uma carreta de quatro rodas, o Rio Negro e o Rio Branco. Os nomes era eu que dava. Os dois eram bem pretinhos, um maior que o outro. Quando eles estavam soltos e eu gritava 'Rio Branco!', o menor levantava a cabeça. E vinha. 'Rio Negro!' Vinha o outro. Troteavam que nem um cavalo. Eu alisava eles, dava banho neles. Quer ver o animal se tornar brabo? É só judiar dele. Tem que ter carinho para aprender a viver. Isso vale tanto para os animais quanto para as pessoas."

## FUMAR, FUMEI

"Não bebo. Fui marinheiro e nunca bebi. Fumar, fumei. O que vinha de cigarro eu fumava, qualquer marca, até palheiro. Comecei quando guri, só pra ver pra que lado ia a fumaça, e acabei pegando. Fumei uns 20 anos. Cheguei a fumar cinco maços por dia, fora o *semedão*. Eu mesmo achei que não podia ser assim, tinha que largar o cigarro. Então, eu ia ali no parque, pegava umas folhinhas de eucalipto e quando dava vontade de fumar botava uma folha na boca e ficava mascarando. Hoje, quando vejo propaganda na TV para deixar de fumar, eu penso: não precisa nada disso, manda pra mim que eu ensino como fazer."

## MENINO x PASSARINHO

"Muito passarinho caçei quando era piá. Hoje, se vejo um gurizinho com bodoque na mão eu digo: 'Me vende esse bodoque. Qual é o mal que esse bichinho tá te fazendo?' Depois de adulto é que a gente vê que os bichos também querem viver."

## TRANCADOS NO PRÉDIO

"Uma vez, um pessoal ficou trancado no prédio da Arquitetura. O finado Almiro, porteiro, apagou as luzes, trancou a porta e foi embora. Isso acontece. Até porque, na época, a chave das luzes da Faculdade era tudo aqui em baixo, no bar. O dr. Júlio Ribeiro de Castilhos era o diretor, e eu sugeri que se separassem os disjuntores por andar. Assim, na hora de fechar, se começa a desligar do último andar até o térreo e dá tempo das pessoas saírem. Ele me olhou e disse: 'Sabe que tu não é burro? Vamos fazer.' Ele era da Divisão de Obras, fez o pedido e resolveu o problema."

## CAVALO CHUCRO

"Quando trabalhava em fazenda, fui domador. Muito tombo café. Cavalo chucro tem que chegar alisando ele, até ele acostumar com a gente. Quando ele se acostuma, já dá pra montar: aí a gente agarra firme embaixo do buçal e pra montar se levanta a perna bem lá em cima, porque ele sai corcoveando. Mas depois que se enfiou o pé no estribo, se segurando bem e sendo cavaleiro, não cai. Aí o animal vai corcoveando, vai, vai, cansa e pára. É fácil. Leva uns quatro ou cinco meses para deixar o animal domado. Todos os dias tem que lidar com ele, encaixar de vez em quando, alisar, montar, até que ele fica acostumado. Porque o animal conhece a gente."

## ESSA CARTOMANTE

"Sempre pensei em viajar. Uma vez, quando trabalhava na Stersul, fui na casa de uma cartomante, em São Lourenço. E ela me disse: 'O senhor vai viajar muito e ainda vai trabalhar pro governo'. Pois não é que tudo aconteceu mesmo? Sempre fui envolvido com engenharia, arquitetura, com doutores, advogados."

## CACHORRO E LINGÜIÇA

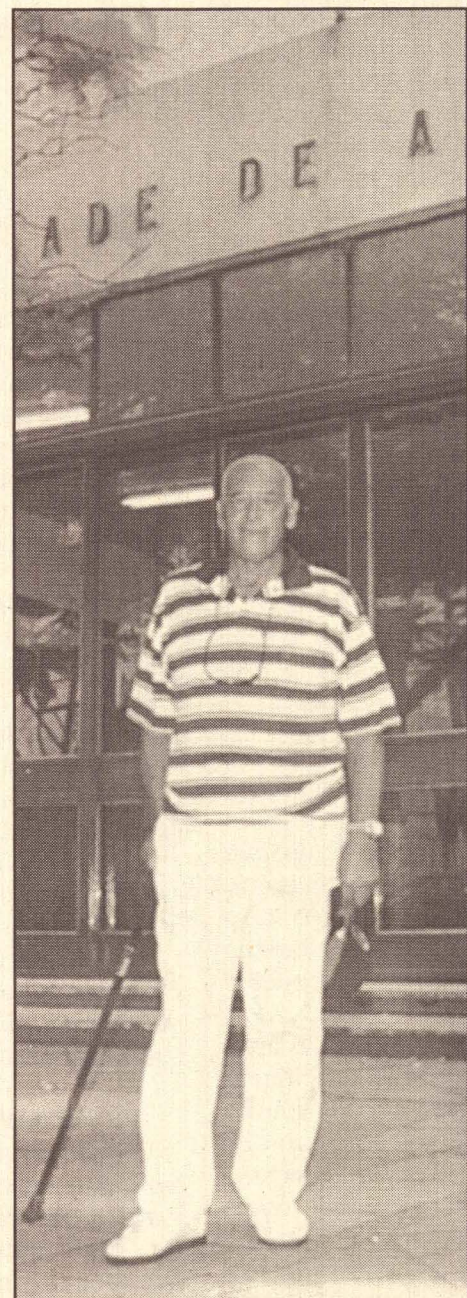
"Eu trabalhava na Stersul, na construção da Ponte do Cristal, no Rio Camaquã. Aquela ali eu ajudei a fazer desde a primeira estaca até 13 quilômetros da Ponte do Evaristo, em São Lourenço. Me lembro até hoje, tinha 400 funcionários trabalhando. O senhor sabe que eu vinha a Porto Alegre buscar peça pra máquinas não ficarem paradas? Quando o mecânico vinha buscar peças, ficava dois, três dias. Eu vinha e voltava no mesmo dia. E se era fim de mês, levava o pagamento dos funcionários. Tempo bom, ó. Deus o livre se vai se fazer isso agora."

## HONRA E PRIVILÉGIO

"Sempre fui benquisto na Arquitetura. Gosto das coisas bem feitas, progredir na ausência do patrão e não na presença, como se diz na gíria. E os alunos me respeitavam. Me botavam a trabalhar com eles aí no Diretório Acadêmico, mas nunca houve problemas sérios. Tanto que fui homenageado umas quatro vezes em formatura. Fui o primeiro funcionário homenageado pelos formandos do Curso de Urbanismo. E esse pessoal que fez o projeto do Túnel da Conceição eu conheci tudo. O professor Edvaldo Paiva, o professor Demétrio Ribeiro, a professora Enilda Ribeiro, o professor Fernando Corona, conheci todos."

## A VIDA EM ITAQUI

"Minha vida em Itaqui é muito boa. É um sossego, uma calmaria. Moro no centro da cidade, bem ao lado da residência do comandante do Regimento de Cavalaria Mecanizada. Cada um que passa dá bom dia, boa tarde ou boa noite, não tem que se conhecer para se cumprimentar. Não tomo mais chimarrão nem ando mais a cavalo, mas tenho um cachorro chamado Fred (em Camaquã tive um cachorro policial que se chamava Guará). Viajo muito pelo interior, Alegrete, Uruguaiana. Vou com frequência a Uruguaiana, consultar com o cardiologista. De vez em quando venho a Porto Alegre fazer exames no Hospital de Clínicas. A vida é bela, cumpro minha missão, não me arrependo."



Com safena e diabetes, ele pega leve